**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE VACARIA
CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO**

AMANDA AMARAL NÓRA

**REEDUCAR PARA NÃO REPETIR: GRUPOS DE REEDUCAÇÃO/REABILITAÇÃO
PARA AGRESSORES COMO MEDIDA PROTETIVA GENÉRICA NA LEI MARIA
DA PENHA (LEI 11.340/06).**

**VACARIA
2020**

AMANDA AMARAL NÓRA

**REEDUCAR PARA NÃO REPETIR: GRUPOS DE REEDUCAÇÃO/REABILITAÇÃO
PARA AGRESSORES COMO MEDIDA PROTETIVA GENÉRICA NA LEI MARIA
DA PENHA (LEI 11.340/06).**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no curso Bacharelado em Direito da Universidade de Caxias do Sul, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Direito.

Orientador: Prof. Felipe Vanin Rizzon.

VACARIA

2020

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais, Hildeger e Vanusa, meu irmão Luiz Augusto e meu namorado Gian, por terem me acompanhado e apoiado durante toda essa jornada.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por ser sempre tão generoso comigo, ter me concedido uma família maravilhosa e por me dar forças para não desistir dos meus sonhos, por mais difíceis que parecessem.

Aos meus pais, Hildeger e Vanusa, minha base, meus bens mais preciosos, pelo apoio que sempre me deram e por estarem comigo em todas as situações, sempre com bons ensinamentos e demonstrações de amor.

Ao meu irmão Luiz Augusto, por todas as demonstrações de carinho e por ser esse menino encantador que nos enche de orgulho.

Ao meu namorado Gian por ter me acompanhado durante todo esse percurso, sempre me incentivando e demonstrando amor e carinho e por ser essa pessoa tão importante e amada em minha vida.

Em especial, a minha prima Taise, por toda a ajuda no desempenho desse trabalho e por fazer parte da minha vida de uma maneira tão bonita, sempre acreditando no meu potencial.

Ao professor Felipe Vanin Rizzon, pela paciência e orientação durante a elaboração deste trabalho, sempre com muita dedicação e por ter me transmitido ao longo da minha vida acadêmica, alguns de seus valiosos conhecimentos.

A minha família e a todos os que de alguma maneira me auxiliaram e torceram por mim.

“O aprendizado ao longo dos anos é o que sustenta a nossa existência”.

Taise Carvalho

RESUMO

A violência doméstica se constitui num dos maiores problemas sociais, fazendo com que mulheres sejam vítimas e tenham seus direitos violados. No intuito de demonstrar a responsabilização dos agressores e até mesmo evitar uma reincidência nas práticas criminosas, é importante que se adotem medidas que visem obrigar o agressor, para além da mera penalização. O presente trabalho visa elucidar a importância dos projetos de reabilitação/ reeducação de agressores como medida protetiva de urgência e como forma de evitar novas práticas agressivas. Para tanto, é necessário o estudo do histórico da Violência Contra a Mulher e surgimento da Lei Maria da Penha, destacando as formas de manifestação da violência: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. A Lei 11.340/06 prevê uma série de medidas aplicáveis aos agressores com a intenção de evitar a reiteração delitiva e efetivar a proteção da mulher. Com base nisso, analisa-se as situações previstas no artigo 22 da referida lei, bem como os requisitos para a decretação da prisão preventiva em caso de descumprimento das medidas. Como já mencionado, dada a falta de efetividade na mera punição do agressor, os centros de reabilitação/ reeducação surgem como forma inovadora e efetiva ao processo protetivo, modificando os conceitos machistas incorporados e assim, evitando que tais condutas voltem a se repetir. Nesse contexto, faz-se necessário a análise da inserção dos agressores a esses grupos como medida protetiva de urgência, a admissibilidade da suspensão condicional do processo e da pena, e por fim, sua eficácia, analisando os grupos já existentes, no que tange a questão da reincidência.

Palavras-chaves: Lei Maria da Penha. Violência Contra a Mulher. Medidas Protetivas de Urgência. Reeducação. Agressor. Reincidência.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER	10
1.1 SURGIMENTO DA LEI 11.340/06	10
1.2 FORMAS DE MANIFESTAÇÃO DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	13
2 MEDIDAS PROTETIVAS QUE OBRIGAM O AGRESSOR	22
2.1 SUSPENSÃO DA POSSE OU RESTRIÇÃO DO PORTE DE ARMAS, COM COMUNICAÇÃO AO ÓRGÃO COMPETENTE	23
2.2 AFASTAMENTO DO LAR, DOMICÍLIO OU LOCAL DE CONVIVÊNCIA COM A OFENDIDA.....	24
2.3 PROIBIÇÃO DE DETERMINADAS CONDUTAS	25
2.4 RESTRIÇÃO OU SUSPENSÃO DE VISITAS AOS DEPENDENTES MENORES, OUVIDA A EQUIPE DE ATENDIMENTO MULTIDISCIPLINAR	28
2.5 PRESTAÇÃO DE ALIMENTOS PROVISIONAIS OU PROVISÓRIOS.....	28
2.6 DA POSSIBILIDADE DA DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA EM CASO DE DESCUMPRIMENTO DAS MEDIDAS PROTETIVAS.....	30
3 CENTROS DE REEDUCAÇÃO/ REABILITAÇÃO DE AGRESSORES	34
3.1 DA POSSIBILIDADE DE ADOÇÃO DOS GRUPOS DE REEDUCAÇÃO DE AGRESSORES COMO MEDIDA PROTETIVA DE URGÊNCIA	34
3.2 DA ADMISSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DA SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO E <i>SURSI</i> S MEDIANTE A IMPOSIÇÃO DE FREQUÊNCIA À GRUPOS DE REABILITAÇÃO DE AGRESSORES	37
3.3 DA EFETIVIDADE DA FREQUÊNCIA AOS CENTROS DE REEDUCAÇÃO DE AGRESSORES COMO MEDIDA PARA ELIDIR A REITERAÇÃO DA PRÁTICA DE CRIMES ENVOLVENDO VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS	51

INTRODUÇÃO

Os padrões patriarcais posicionaram historicamente a mulher em submissão ao homem, as colocando em papéis de suas dependentes e cerceando suas atividades em criação dos filhos e manutenção da casa. Embora, com o passar dos anos, tenha sido reconhecidos alguns direitos que antes eram privativos dos homens, como, por exemplo, o direito ao voto e ao ensino, ainda temos presente na atualidade o reflexo dessa cultura machista a patriarcal, a qual deixa as mulheres em posição de inferioridade.

Sendo assim, esses padrões ainda cultivados e transmitidos pelas gerações, podem ter sido fatores responsáveis por desencadear e manter a violência doméstica e familiar, pois o homem perdeu a posse sobre o “objeto” que era a mulher e com isso, usa a agressão como forma de tentar reprimí-la e continuar tendo a sensação de controle sobre ela.

Também se estabeleceu a ideia de que a mulher deveria ser protegida pelo homem, o que ainda permanece, embora a Constituição Federal Brasileira de 1934 tenha dado início a uma nova visão sobre o assunto quando nela foram incluídas várias medidas que visavam a igualdade de direitos entre todos os cidadãos.

Em relação às mulheres, passaram a ter o direito de ganhar salários iguais por trabalhos iguais e a ocupar cargos no governo, por exemplo. Na Constituição de 1988 essa posição foi mantida e nela continua posto que evidentemente não deve haver distinção no tratamento entre homens e mulheres.

Embora tenha sido reconhecida constitucionalmente essa igualdade, ela não apresenta total efetividade, pois ainda nos deparamos com situações de desigualdade de gênero. Muitas mulheres seguem recebendo salários menores por atividades iguais perdem oportunidades de crescimento profissional com a justificativa de que possuem filhos, por exemplo. Essa herança patriarcal e machista proporciona essa desigualdade e conseqüentemente a violência que atinge mulheres de diferentes classes sociais, etnias e crenças.

Apesar de a Lei Maria da Penha ter trazido esse amparo inicial, muitas vítimas ainda têm dificuldade e não denunciam seus agressores, resultado de

muitos fatores, seja inversão da culpa, vergonha, medo do agressor, por desacreditar na efetividade da justiça, o que acaba dando sequência ao ciclo de violência.

Não obstante, as leis existentes ainda não dão conta de modificar o comportamento violento dos homens em relação às mulheres e assim, se faz necessário pensar de que forma os projetos de reeducação de agressores podem interferir na diminuição dos casos que envolvem práticas delitivas contra a mulher no âmbito doméstico e familiar, estando eles, somados às medidas protetivas de urgência.

Este estudo pretende, assim, analisar a efetividade da constituição de grupos de reeducação/ reabilitação para agressores, fator pelo qual Ministérios Públicos de diversas comarcas do país já observam essa possibilidade como forma de impedir a reincidência e combater de forma mais ampla a prática de crimes contra as mulheres, especialmente aqueles levados a termo no âmbito doméstico e familiar.

1 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER

Fruto da cultura machista e patriarcal, a violência doméstica se constitui num dos maiores problemas sociais, fazendo com que mulheres sejam vítimas e tenham seus direitos violados.

Mulheres de diferentes etnias e classes sociais convivem com as agressões o que apenas reforça que esta forma de violência é decorrência do gênero. A violência advém do sentimento de posse que o homem possui sobre a mulher, o qual as coloca em condição de inferioridade e submissão a ele. Nesse sentido, Fernandes destaca que:

A raiz da violência doméstica está no sentimento de posse do homem em relação à mulher, como se ela fosse sua propriedade. Afirmarções como “se não for minha não será de mais ninguém” indicam a coisificação da mulher. Tal como o homem detém um objeto, também acredita que detém a mulher, ainda que contra sua vontade (FERNANDES, 2015, p. 59).

Com o passar dos anos, a mulher foi conquistando seu espaço e isso tem gerado revolta em alguns homens que perderam o poder que tinham sobre suas companheiras, não aceitando assim esta situação, fazendo com que a violência seja o meio de tentar reprimi-las.

As agressões foram tomando proporções absurdas, sendo que os casos de feminicídio (evidentemente relacionados à violência doméstica) crescem constantemente, havendo, então, a necessidade pela busca de políticas públicas para controlar tais situações e punir severamente os autores de tais crimes. Nas palavras de Elias e Gauer:

A Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, trouxe visibilidade à questão da violência doméstica e familiar contra a mulher, revelando ao público o problema antes tratado como se fosse de âmbito privado. (Elias, M.F.; Gauer, G. J.C, 2014, p.122).

Neste capítulo será realizada uma análise breve sobre o surgimento da Lei 11.306/06 bem como a sua forma de manifestação.

1.1 SURGIMENTO DA LEI 11.340/06

Com disposições que amparam a vítima e medidas que obrigam o agressor, a Lei 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha, manifesta o propósito de punir os agressores, prevenir e erradicar as agressões bem como criar os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

Este foi um marco importante não só para as mulheres, mas para a sociedade como um todo. A lei citada transpôs a violência contra a mulher do âmbito privado para o público, criando normas jurídicas dotadas de efetividade (Fernandes, 2015).

Embora a Lei tenha trazido celeridade para o processo, ainda tem dificuldade para apresentar resultados eficazes. No entendimento de Fernandes:

Ainda que a Lei Maria da Penha tenha surgido para romper esse paradigma de inferioridade, a efetividade da lei fica dificultada pela forma como a vítima, o agressor e a sociedade se portam diante de um ato de violência de gênero em razão de preconceitos e conceitos naturalizados (FERNANDES, 2015, p. 6).

Cunha e Pinto (2012) ressaltam que a Lei 11.340/06 foi o desfecho de uma relação tumultuada, pontilhada por agressões perpetradas pelo marido contra a esposa e também contra as filhas do casal. Razão pela qual houve a denominação da Lei como Maria da Penha.

O motivo que levou a lei ser “batizada” com esse nome, pelo qual, irreversivelmente, passou a ser conhecida, remonta ao ano de 1983. No dia 23 de maio desse ano, na cidade de Fortaleza, no Estado do Ceará, a farmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes, enquanto dormia, foi atingida por tiro de espingarda desferido por seu então marido, o economista M.A.H.V., colombiano de origem e naturalizado brasileiro. Em razão desse tiro que atingiu a vítima em sua coluna, destruindo a terceira e quarta vértebras, suportou lesões que a deixou paraplégica (CUNHA E PINTO, 2012, p.. 24).

A Lei Maria da Penha visa coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher (art. 1º da Lei nº 11.340/06). No entendimento de Cunha e Pinto (2012, p.33) a ofendida passa a contar com um precioso estatuto, não somente de caráter repressivo, mas, sobretudo, preventivo e assistencial, criando mecanismos aptos a coibir essa modalidade de agressão.

Dentre as medidas com o propósito de proteção à ofendida, ressalta-se a importância do funcionamento da Delegacia da Mulher a qual ensejou manifestações

feministas muito antes da Lei Maria da Penha, nas palavras de Souza e Cortes:

As Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres (DEAMs) são um marco na luta feminista: elas materializam o reconhecimento da violência contra mulheres como um crime e implicam a responsabilização do Estado no que se refere à implantação de políticas que permitam o combate a esse fenômeno. (SOUZA; CORTES. 2014)

A Lei Maria da Penha chegou a ser considerada inconstitucional por alguns autores que, à época de sua entrada em vigor, pareceram claramente não ter entendido o verdadeiro escopo da norma e muito menos a necessidade de sua inserção em nosso ordenamento jurídico, conforme cita o autor abaixo:

Doutrinariamente argumentava-se que a Lei Maria da Penha seria inconstitucional por violação ao princípio da igualdade, em razão de um tratamento legal mais rigoroso aos homens e a inaplicabilidade da Lei n. 9.099/95 (FERNANDES, 2015, p. 44).

Não há que se falar em inconstitucionalidade, pois nas palavras de Fernandes (2015. p.44) “a mulher ainda é hipossuficiente e os números de feminicídios são alarmantes, o que justifica a discriminação positiva”.

Aliás, o tema em questão foi objeto da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 19, de 09 de fevereiro de 2012, merecendo destaque os apontamentos do Rel. Min. Marco Aurélio Mello:

A mulher é eminentemente vulnerável quando se trata de constrangimentos físicos, morais e psicológicos sofridos em âmbito privado. Não há dúvida sobre o histórico de discriminação e sujeição por ela enfrentado na esfera afetiva. As agressões sofridas são significativamente maiores do que as que acontecem contra homens em situação similar. Além disso, mesmo quando homens, eventualmente, sofrem violência doméstica, a prática não decorre de fatores culturais e sociais e da usual diferença de força física entre os gêneros (FERNANDES, *apud*, MELLO, 2012, p.45).

Por conseguinte, resta evidenciado que não existe qualquer inconstitucionalidade nas normas dispostas na Lei nº 11.340/06, antes pelo contrário, ela vem atender a uma necessidade e a um anseio social que visa justamente combater a violência indiscriminada praticada contra as mulheres.

Assim, é descabido referir que a Lei Maria da Penha importaria em quebra da igualdade, seu escopo é justamente permitir que esta igualdade de tratamento e de direitos se materialize, pois como bem colocado pelo eminente Ministro Marco

Aurélio Mello, os homens não sofrem as constantes agressões que são perpetradas contra as mulheres diuturnamente. Em razão disso, a inserção desta norma no ordenamento jurídico brasileiro veio atender à equidade, a necessidade de tratar os diferentes de forma diferente para fins de, então, efetivamente construir uma igualdade material e não meramente formal.

1.2 FORMAS DE MANIFESTAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

De acordo com o artigo 5º da Lei Maria da Penha, abrange violência doméstica ação ou omissão baseada no gênero, a qual lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial.

O gênero é fator imprescindível para a aplicação da lei, a mulher é agredida em razão de ser mulher. Pressupõe-se resultado de uma relação em que há dominação do homem e submissão da mulher, violando, assim, os direitos desta. Embora seja comum o agressor ter relacionamento afetivo com a ofendida, há outros casos que podem ser enquadrados na Lei Maria da Penha, sendo pacífico o entendimento dos Tribunais de Justiça nesse sentido:

DIREITO PROCESSUAL PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER. ESTUPRO. CRIME EM TESE PRATICADO POR MOTIVAÇÃO DE GÊNERO E CONTRA EMPREGADA DOMÉSTICA. INCIDÊNCIA DA LEI MARIA DA PENHA.

1. As restrições e os benefícios previstos pela Lei Maria da Penha se aplicam no âmbito da relação empregatícia da mulher que presta serviços domésticos em residências de famílias, por força da previsão contida no inciso I do artigo 5º da Lei nº 11.340/2006, que ampara as mulheres "sem vínculo familiar" e "esporadicamente agregadas".
2. Recurso conhecido e provido.

(Acórdão n.994469, 20160510079955RSE, Relator: WALDIR LEÔNIO LOPES JÚNIOR 3ª TURMA CRIMINAL, Data de Julgamento: 09/02/2017, Publicado no DJE: 22/02/2017. Pág.: 818/825).

Em seus incisos, o artigo 5º da Lei Maria da Penha, dispõe que para se caracterizar a violência doméstica as agressões podem ocorrer no âmbito da unidade doméstica, no âmbito da família, ou em qualquer relação de afeto, independente de coabitação. Cunha e Pinto definem o tema:

[...] violência doméstica como sendo a agressão contra a mulher, num determinado ambiente (doméstico, familiar ou de intimidade), com finalidade específica de objetá-la, isto é, dela retirar direitos, aproveitando da sua hipossuficiência (CUNHA E PINTO, 2012. p. 49).

Oportuno registrar ainda, que conforme entendimento de Cunha e Pinto (2012. P. 51) “a violência no âmbito da família engloba aquela prática entre pessoas unidas por vínculo jurídico de natureza familiar, podendo ser conjugal, em razão de parentesco (em linha reta e por afinidade), ou por vontade expressa (adoção)”.

A ofendida permanece no relacionamento abusivo e agressivo, por diversos fatores, seja por não se identificar como vítima, procura motivos em suas ações que justifiquem as agressões; por dependência financeira; por receio de criar os filhos sem a figura paterna, ou até mesmo, por medo de denunciar o agressor. Essas agressões provocam impactos não só na vítima, mas afeta também todo o ambiente familiar que presencia diariamente essa violência.

Ademais, a violência pode se tornar um ciclo, composto por três fases, o aumento da tensão (indícios de irritação do agressor), a violência em si e a fase de arrependimento (Instituto Maria da Penha, 2018).

As agressões podem ser empreendidas de diversas formas, algumas deixam marcas visíveis, outras muitas vezes passam despercebidas. A Lei Maria da Penha define taxativamente as violências física, psicológica, sexual, patrimonial e moral, as quais serão analisadas a seguir.

a) Violência Física

Esta, sem sombra de dúvidas, é uma das formas de violência mais graves que existe, pois expõe à vítima a sérios riscos, podendo, levar até mesmo a morte da vítima. A violência física compreende ações mediante o uso da força, espancamento, estrangulamento, empurrões, arremesso de objetos, lesões com objetos cortantes ou causados por queimaduras são exemplos listados pelo Instituto Maria da Penha (2018).

Com fundamento no artigo 7º, inciso I da Lei 11.340/06, a violência física é qualquer conduta que ofenda a integridade da mulher ou sua saúde corporal. Segundo Cunha e Pinto (2012) são agressões:

(...) visando, desse modo, ofender a integridade ou a saúde corporal da vítima, deixando ou não marcas aparentes, naquilo que se denomina, tradicionalmente, *vis corporalis*. São condutas previstas, por exemplo, no Código Penal, configurando os crimes de lesão corporal e homicídio (arts. 129 e 121), e mesmo na Lei das Contravenções Penais, como a vias de fato (art. 21) (CUNHA E PINTO, 2012, p.50).

É preciso referir que em regra a violência física é aquela que efetivamente recebe maior destaque quando se trata da prática de crimes contra as mulheres, haja vista que geralmente ela deixa marcas bastante visíveis no corpo da ofendida, além, é claro, na natural gravidade deste tipo de conduta.

Não obstante a isso, antes das agressões tornarem-se físicas, a ofendida pode sofrer outras formas de violência, que muitas vezes não foram reconhecidas como tal, até mesmo pela própria vítima, que só percebe que está sofrendo violência doméstica quando sofre as primeiras agressões físicas.

Existem outras modalidades/ formas de violência, as quais merecem atenção, pois muitas delas podem até não deixar marcas visíveis nas ofendidas, podem até ser tratadas de forma mais secundária, mas na prática causam danos tão ou mais graves que aqueles decorrentes das agressões físicas.

b) Violência Psicológica

Embora esta seja uma forma de violência muitas vezes invisível, desconsiderada e esquecida por muitos, a verdade é que suas marcas nas vítimas são de maior gravidade, podendo produzir efeitos ao longo de toda a vida da mulher.

A violência psicológica, nas palavras de Fernandes (2015, p.82), “é uma violência que destrói e subjuga silenciosamente e se mantém por não ser identificada”. As agressões objetivam o dano emocional da ofendida, que atentem em sua autoestima, controla suas ações, cerceando, também, seu direito de ir e vir. Do mesmo modo, Cunha e Pinto a conceituam como:

O comportamento típico se dá quando o agente ameaça, rejeita, humilha ou discrimina a vítima, demonstrando prazer quando vê o outro se sentir amedrontado, inferiorizado e diminuído, configurando a *vis compulsiva*. Dependendo do caso concreto, a conduta do agente pode *v.g.* caracterizar o crime de ameaça (CUNHA E PINTO, 2012. p. 63).

De fato, a violência psicológica é uma das formas mais vis de agredir a mulher, eis que leva em consideração justamente sua condição de mulher para fins de rebaixá-la, humilhá-la, coloca-la em situação de inferioridade, tratando a vítima como um mero objeto ou ser humano de menor expressão.

Fica demonstrado a dominação que o homem estabelece sobre a mulher, pois faz com que a ofendida acredite que ela deu causa para as agressões, o que a torna a mais difícil de ser denunciada, uma vez que a mulher não se vê como vítima.

Sem sombra de dúvidas os danos provocados por esta forma de violência atingem inúmeras mulheres diariamente e com uma agravante em comparação com a violência física, eis que a violência psicológica, em regra, se protraí no tempo, é levada a termo de forma reiterada, contínua, não se esgota em um único ato, mas sim em condutas que muitas vezes se perpetuam por dias, semanas, meses e, não incomum, por anos, levando a mulher a gradativamente se sentir inferiorizada, verdadeiramente sugando suas energias e sua capacidade de reação.

O fato é que esta modalidade de violência, como dito alhures, gera efeitos deletérios devastadores na vida da mulher, sendo que, por outro lado, parece não merecer a devida atenção do legislador, eis que os tipos penais que eventualmente podem configurar esta modalidade de violência em regra são tratados como crimes de menor potencial ofensivo, tais como injúria, calúnia, difamação (podem configurar violência moral também) ou ameaça. Assim, é preciso urgentemente rever essa ideia e apontar mecanismos mais eficazes de combate a violência psicológica que assola milhares de vítimas todos os dias.

c) Violência Sexual

A Lei Maria da Penha definiu violência sexual (art.7, III) “como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos”.

Percebe-se, que a lei não limita apenas ao ato sexual em si, abarca outras ações “como obrigar a vítima a olhar imagens pornográficas; obrigar a vítima a

manter relação sexual com outras pessoas; obrigar a ter relações que cause desconforto ou repulsa e obrigar a vítima a ter relação sob coação, intimidação e pelo uso da força física, no caso do estupro conjugal” (Carvalho; Ferreira; Santos, 2010. P.51)”.

A violência sexual abrange variadas condutas, envolve diferentes aspectos, segundo Fernandes (2015, p.96) é a “prática de ato sexual não desejado ou com quem não tem condições de consentir, exploração da sexualidade da mulher e a restrição dos direitos reprodutivos ou da liberdade sexual”.

Trata-se de uma forma cruel de violência, que atenta diretamente com o íntimo da mulher, pois é a apropriação indevida de seu corpo e de sua dignidade sexual (não abrange somente o aspecto físico, portanto). Retoma o sentimento de posse que o homem impõe sobre a mulher, na qual ela deverá servir e satisfazer suas vontades, estabelecendo que ela está cumprindo sua obrigação como esposa/companheira.

Por esse motivo que a denúncia de agressões sexuais é relativamente mais baixa, a mulher por estar em relacionamento com o agressor, muitas vezes, não reconhece/identifica a violência, e muitas vezes se percebe, não denuncia por medo do agressor ou por acreditar que a conduta deste é normal dentro de uma relação supostamente afetiva.

Outrossim, as lesões/danos causados por esse tipo de violência podem ser irreparáveis. Gravidez indesejada, doenças sexualmente transmissíveis, aborto espontâneo, problemas psicológicos, entre outros. Ademais, é preciso referir que o agressor pode passar a agredir fisicamente e ameaçar a vítima para que esta não o denuncie.

Faz-se necessário, então, aprimorar cada vez mais o atendimento a essas mulheres, para que elas se sintam encorajadas a denunciar o agressor, por saber que serão amparadas e será dada ao caso a devida atenção, não tornando, assim, a denúncia um momento vexatório.

d) Violência Patrimonial

Nos termos da lei, entende-se por violência patrimonial, “qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos,

instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades” (art. 7º, IV).

A violência patrimonial não ocorre por meio de agressão física, refere-se à violação dos direitos patrimoniais da mulher. A conduta do agressor, nesse tipo de violência, basicamente consiste em subtrair, reter e destruir os bens, objetos e valores pertencentes à ofendida. Podem valer-se também da confiança da vítima, enganando-a.

As ações nesse tipo de violência são diversas, é comum, após a mulher declarar o interesse em se separar, com a intenção de vingar-se da vítima, o homem destruir documentos e objetos importantes ou subtrai-los, como forma de impedir a separação e chantagear a mulher a permanecer no relacionamento. O agressor pode, também, destruir objetos que tenham alto valor sentimental para vítima.

Como maneira de manter a mulher como sua dependente financeira, controla suas contas e gastos no cartão de crédito, obriga a mulher a permanecer com ele por fazê-la acreditar que sem a ajuda dele a ofendida não conseguiria se manter.

Muito frequente, também, é o agressor alienar ou colocar os bens do casal em nome de terceiros a fim de evitar que na partilha a mulher receba sua parte, acaba deixando-a sem subsistência, pressionando a vítima a continuar casada contra a sua vontade.

Outro comportamento comum nesse tipo de agressão é omitir-se da prestação da pensão alimentícia, retendo os recursos para si, mais uma vez, deixando a mulher sem condições financeiras.

Apesar de ainda haver desconhecimento desse tipo de violência por alguns, as condutas são puníveis, bastando que a mulher comprove que as ações passaram a ocorrer depois que ela demonstrou o interesse na separação, de forma que ela pode recuperar aquilo que é de seu direito. O artigo 24 da lei dispõe medidas que garantem a proteção ao patrimônio da mulher.

Há questão divergente na doutrina no que diz respeito à escusa absolutória, a isenção da pena para quem comete crime contra o patrimônio, prevista no artigo 181 do Código Penal. A primeira corrente defende que a Lei Maria da Penha sobrepõe a previsão do art. 181 do Código Penal, de forma que a proteção ao patrimônio da vítima afasta a escusa absolutória, no entendimento de Maria Berenice Dias (2008, p.52):

A partir da nova definição de violência doméstica, assim reconhecida também a violência patrimonial, não se aplicam as imunidades absolutas e relativas dos arts. 181 e 182 do Código Penal quando a vítima é mulher e mantém com o autor da infração vínculo de natureza familiar. Não há mais como admitir o injustificável afastamento da pena ao infrator que pratica um crime contra sua cônjuge ou companheira, ou, ainda, alguma parente do sexo feminino. Aliás, o Estatuto do Idoso, além de dispensar a representação, expressamente prevê a não aplicação desta excludente da criminalidade quando a vítima tiver mais de 60 anos (DIAS, 2008. p.52).

A segunda corrente, por outro lado, defende que as escusas absolutórias não são afastadas pela Lei Maria da Penha, uma vez que a lei não prevê norma referindo tal afastamento, no posicionamento de Renato Lima:

(...) diante do silêncio da Lei Maria da Penha, que não contém qualquer dispositivo expresso vedando a aplicação dos arts. 181 e 182 do CP, o ideal é concluir que as imunidades absolutas e relativas continuam sendo aplicáveis às infrações penais praticadas no contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher. Quando a lei quis afastar a possibilidade de aplicação de tais imunidades a determinada espécie de crime, o fez de maneira expressa, a exemplo do que se dá na hipótese de crime praticado contra o patrimônio de idoso (LIMA, 2015. p. 914).

Diante desse cenário, houve manifestação do Superior Tribunal de Justiça sobre o assunto referido, no Recurso em Habeas Corpus n. 42.918/RS, relatado por Ministro Jorge Mussi. O caso tratava de estelionato realizado pelo homem em desfavor da esposa. Ementa da decisão:

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TENTATIVA DE ESTELIONATO (ARTIGO 171, COMBINADO COM O ARTIGO 14, INCISO II, AMBOS DO CÓDIGO PENAL). CRIME PRATICADO POR UM DOS CÔNJUGES CONTRA O OUTRO. SEPARAÇÃO DE CORPOS. EXTINÇÃO DO VÍNCULO MATRIMONIAL. INOCORRÊNCIA. INCIDÊNCIA DA ESCUSA ABSOLUTÓRIA PREVISTA NO ARTIGO 181, INCISO I, DO CÓDIGO PENAL. IMUNIDADE NÃO REVOGADA PELA LEI MARIA DA PENHA. DERROGAÇÃO QUE IMPLICARIA VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA IGUALDADE. PREVISÃO EXPRESSA DE MEDIDAS CAUTELARES PARA A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO DA MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR. INVIABILIDADE DE SE ADOTAR ANALOGIA EM PREJUÍZO DO RÉU. PROVIMENTO DO RECLAMO.

1. O artigo 181, inciso I, do Código Penal estabelece imunidade penal absoluta ao cônjuge que pratica crime patrimonial na constância do casamento.

2. De acordo com o artigo 1.571 do Código Civil, a sociedade conjugal termina pela morte de um dos cônjuges, pela nulidade ou anulação do casamento, pela separação judicial e pelo divórcio, motivo pelo qual a separação de corpos, assim como a separação de fato, que não têm

condão de extinguir o vínculo matrimonial, não são capazes de afastar a imunidade prevista no inciso I do artigo 181 do Estatuto Repressivo.

3. O advento da Lei 11.340/2006 não é capaz de alterar tal entendimento, pois embora tenha previsto a violência patrimonial como uma das que pode ser cometida no âmbito doméstico e familiar contra a mulher, não revogou quer expressa, quer tacitamente, o artigo 181 do Código Penal.

4. A se admitir que a Lei Maria da Penha derogou a referida imunidade, se estaria diante de flagrante hipótese de violação ao princípio da isonomia, já que os crimes patrimoniais praticados pelo marido contra a mulher no âmbito doméstico e familiar poderiam ser processados e julgados, ao passo que a mulher que venha cometer o mesmo tipo de delito contra o marido estaria isenta de pena.

5. Não há falar em ineficácia ou inutilidade da Lei 11.340/2006 ante a persistência da imunidade prevista no artigo 181, inciso I, do Código Penal quando se tratar de violência praticada contra a mulher no âmbito doméstico e familiar, uma vez que na própria legislação vigente existe a previsão de medidas cautelares específicas para a proteção do patrimônio da ofendida.

6. No direito penal não se admite a analogia em prejuízo do réu, razão pela qual a separação de corpos ou mesmo a separação de fato, que não extinguem a sociedade conjugal, não podem ser equiparadas à separação judicial ou o divórcio, que põem fim ao vínculo matrimonial, para fins de afastamento da imunidade disposta no inciso I do artigo 181 do Estatuto Repressivo.

7. Recurso provido para determinar o trancamento da ação penal apenas com relação ao recorrente. (RHC 42.918/RS, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 05/08/2014, DJe 14/08/2014).

Percebe-se que não é um tema pacífico, neste caso, houve o entendimento que a Lei Maria da Penha não revoga a disposição do artigo 181 do Código Penal. Para o magistrado, ao reconhecer a inaplicabilidade da escusa absolutória, haveria desequilíbrio em casos em que a mulher pratique tais atos contra o homem. Tal entendimento foi reconhecido pelos demais membros da turma. Depreende da decisão, que as medidas de proteção previstas no artigo 24 da Lei Maria da Penha possibilitam a efetividade da norma, minimizando os danos.

e) Violência Moral

Assim como a violência psicológica, a moral, também pode passar despercebida por alguns, muito embora, seus efeitos sejam devastadores. Ambas estão conectadas, pois atentam diretamente com a saúde mental da ofendida.

Esta violência é entendida por qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria. As três condutas são previstas no Código Penal (arts. 138, 139 e 140, respectivamente). Os crimes de calúnia e difamação atingem a honra objetiva

da vítima, enquanto o crime de injúria atinge a honra subjetiva (FERNANDES, 2015. p. 108).

Comete o crime de calúnia o agressor que acusa falsamente a ofendida de ter cometido crime a qual ela não cometeu, alega que a vítima tenha furtado algo dele por exemplo. Atribuir a ofendida fatos que maculem sua reputação caracteriza a difamação, como dizer que a vítima é ineficiente em seu trabalho. Já a injúria, é a ofensa à dignidade da mulher, são os xingamentos.

Importante frisar que a violência moral pode ocorrer via rede mundial de computadores também, através das redes sociais, por meio de ligações ou por mensagens. Esse tipo de conduta interfere nas relações da vítima, ao fazê-las em público diante dos familiares e amigos ou até mesmo em seu trabalho.

Fernandes ressalta a dificuldade de reprimir esse tipo de violência:

(...) os crimes contra a honra são de ação penal privada (art. 145 do Código Penal), o que dificulta a jurisdicionalização do crime. Mesmo que as vítimas tenham sido informadas na Delegacia quanto à necessidade de promover “queixa”, como no conhecimento popular “queixa” é sinônimo de registrar boletim de ocorrência ou representar, a vítima pode acreditar que o simples registro do boletim seja suficiente (FERNANDES, 2015. P.108).

A denúncia do agressor é extremamente importante, em todos os casos de violência, mas principalmente nas ações que não deixam marcas aparentes. Outro fator que merece atenção é a possibilidade de reconciliação (art. 520 Código Processo Penal). Como as vítimas vivem, em regra, um sentimento duplo de amor e ódio, ou sentimento de injustiça e culpa, a tendência natural é que acabem aceitando a reconciliação, mesmo que isso importe em perpetuação da violência no seio familiar (Fernandes, 2015. p.109).

Diante de tais apontamentos, percebe-se que as formas de violência estão entrelaçadas, visto que uma pode vir a desencadear a outra, e em casos mais graves resultando na morte da vítima. Romper o silêncio e efetuar a denúncia do agressor é a forma de diminuir a impunidade e buscar a proteção da vítima.

2 MEDIDAS PROTETIVAS QUE OBRIGAM O AGRESSOR.

Com a finalidade de assegurar efetividade na proteção à mulher, a Lei Maria da Penha prevê medidas protetivas de urgência, as quais são destinadas a favor da vítima e que geram obrigação ao agressor. De modo que, para Souza (2007, p. 116) "as medidas protetivas de urgência visam [...] garantir que ela possa agir livremente ao optar por buscar proteção estatal e em especial a jurisdicional, contra o (a) seu (sua) suposto (a) agressor (a)".

Quanto aos pressupostos das medidas protetivas, Cunha e Pinto (2012, p. 135) apontam o "*periculum in mora* (perigo da demora) e *fumus boni juris* (*aparência do bom direito*)". O perigo da demora pode ser depreendido no depoimento da vítima, a título de exemplo, por medo do agressor a vítima passou a mudar sua rotina, ou dada a conduta do agressor em ameaçar, perseguir, etc. No entendimento de Fernandes (2015, p. 146) *fumus boni juris* "resulta da combinação do art. 5º (âmbitos de aplicação da Lei Maria da Penha) com o art. 7º (formas de violência), independentemente de tipificação criminal".

Importante frisar que o juiz tem o prazo de 48 horas para decidir sobre o pedido de medidas protetivas (art. 18 da Lei 11.340/06). Além do juiz, poderão ser concedidas a requerimento do Ministério Público ou a pedido da ofendida (Art. 19 da Lei 11.340/06). Independe de audiência das partes e de Manifestação do Ministério Público, podem ser concedidas de imediato, devendo, o Ministério Público ser comunicado (art. 19, §1º da Lei 11.340/06). Serão aplicadas isolada ou cumulativamente, e poderão ser substituídas a qualquer tempo por outras de maior eficácia (art. 19, §2º da Lei 11.340/06).

O objeto de estudo é o artigo 22 da Lei Maria da Penha, o qual dispõe as medidas aplicáveis aos agressores. Sendo elas:

- I - suspensão da posse ou restrição do porte de armas, com comunicação ao órgão competente, nos termos da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003;
- II - afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida;
- III - proibição de determinadas condutas, entre as quais:
 - a) aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor;
 - b) contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação;

c) frequência de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida;

IV - restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar;

V - prestação de alimentos provisionais ou provisórios.

VI – comparecimento do agressor a programas de recuperação e reeducação; e

VII – acompanhamento psicossocial do agressor, por meio de atendimento individual e/ou em grupo de apoio.

Cabe, então, a análise individual a fim de compreender o que abrange cada medida.

2.1 SUSPENSÃO DA POSSE OU RESTRIÇÃO DO PORTE DE ARMAS, COM COMUNICAÇÃO AO ÓRGÃO COMPETENTE.

A suspensão ou restrição, neste caso, diz respeito a quem possui posse e porte de arma devidamente legalizado. O deferimento da medida protetiva não abrange caso em que a posse ou o porte de arma seja ilegal, Cunha e Pinto lecionam sobre o tema:

Pressupõe-se que a restrição ou suspensão aqui tratada se refira a uma arma regular, ou seja, devidamente registrada e com a autorização para seu porte, nas hipóteses em que necessário. Isso porque nas hipóteses em que o porte da arma seja ilegal, a situação do agressor se agrava e sua conduta, a partir daí, passa a configurar um dos delitos previstos nos arts. 12 14 ou 16 da Lei 10.826/2003 (CUNHA E PINTO, 2012, p. 137).

A suspensão ou a restrição deve vir acompanhada da comunicação ao órgão competente, nos termos da Lei n. 10.826/2003 (BIANCHINI, 2018. p.189). Encontrando-se o agressor nas condições mencionadas no caput e incisos do art. 6º da Lei nº 10.826/03, o qual prevê o porte legal de armas, o juiz comunicará ao respectivo órgão, corporação ou instituição as medidas protetivas de urgência concedidas e determinará a restrição do porte de armas, ficando o superior imediato do agressor responsável pelo cumprimento da determinação judicial, sob pena de incorrer nos crimes de prevaricação ou de desobediência, conforme o caso (Art. 22, §2º da Lei Maria da Penha).

Reforça, então, o conceito de que qualquer pessoa pode vir a ser autora de fato que caracterize violência contra a mulher, inclusive, membros da segurança pública a qual possui a arma como objeto de trabalho.

Doutrinariamente, é exemplificada a diferença entre suspender e restringir, Cunha e Pinto (2012, p. 137) entendem que "suspender" tem o sentido de privar temporariamente a utilização da arma. Em sentido diverso:

"Restringir" tem aqui a acepção de liminar. Assim, pode o juiz, por exemplo, determinar que um policial porte sua arma apenas em serviço, deixando-a em local de trabalho ao fim da jornada, evitando, com isso, que a tenha consigo no recesso do lar (CUNHA E PINTO, 2012, p. 137).

Sem sombra de dúvidas, é uma medida de suma importância para a proteção da ofendida, uma vez que o agressor possui em casa um objeto que pode tirar a vida da vítima. Fernandes refere que:

Essa medida cautelar é muito importante para a efetividade da proteção da mulher. A presença de arma de fogo no contexto da violência pode levar a um resultado mais gravoso, tornando-se prudente evitar que o agressor tenha à sua disposição instrumento capaz de matar a vítima. Assim, além de determinar a cautela, o juiz deverá ordenar a busca e apreensão da arma nos termos do art. 240, § 1o, d, do Código de Processo Penal (FERNANDES, 2015, p. 153).

Depreende-se, então, a necessidade de retirar a arma do lar da ofendida, visto que muitos casos de violência doméstica e familiar são cometidos com emprego de arma de fogo.

2.2 AFASTAMENTO DO LAR, DOMICÍLIO OU LOCAL DE CONVIVÊNCIA COM A OFENDIDA.

A medida visa proteger a mulher de possível nova agressão, uma vez que o agressor será afastado da convivência com a vítima. Foi introduzida no ordenamento pela Lei n. 10.455/2002, que modificou o art. 69, parágrafo único, da Lei n. 9.099/95 para possibilitar o afastamento do agressor do lar em procedimento criminal investigativo (Fernandes, 2015. p.153). De modo que, Bianchini esclarece que:

Se é verdade que o afastamento preventivo do autor da agressão já vinha sendo aplicado por alguns juízes, com base no poder geral de cautela e na própria Lei n. 9.099/95, 218 o que se tem agora é um embasamento legal expresso, impossibilitando que (como ocorria amiúde) elaborem discussões sobre a legitimidade dessa medida (BIANCHINI, 2018. p. 187).

Importante dizer que o deferimento da medida protetiva garante não só a proteção da mulher, mas também dos filhos e dos bens patrimoniais, pois é comum que o agressor ao tomar conhecimento da denúncia realizada pela mulher, volte a agredi-la ou para destruir ou subtrair bens. Fernandes esclarece sobre a designação de audiência:

Antes de se adotar essa medida, pode haver a designação de audiência de justificação, o que contribui para um conhecimento mais amplo da situação e permite adotar uma decisão dotada de efetividade. Nessa audiência, o juiz tem condições de resolver questões pendentes e verificar a necessidade do afastamento na presença da vítima e do agressor (FERNANDES, 2015, p. 154).

Apesar de não ter previsão legal, é possível adotar medida intermediária, afastar temporariamente o agressor até a realização da audiência de justificação, quando a situação é mais bem avaliada. Evitando, assim, um mal maior até a data da audiência (Fernandes, 2015).

2.3 PROIBIÇÃO DE DETERMINADAS CONDUTAS.

- a) Aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor.

Assim como no afastamento do lar, a proibição de aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor, busca preservar além da ofendida, pessoas de seu convívio, tais como os filhos, parentes ou testemunhas, Fernandes esclarece:

A extensão da medida às testemunhas e aos familiares é muito importante para a efetividade da medida, pois não raras vezes o agressor tenta

intimidar a vítima por interposta pessoa, mandando recados. Entre as pessoas protegidas, além dos familiares, podem ser incluídos amigos e o namorado da vítima (FERNANDES, 2015, p. 154).

Há necessidade de amparo à vítima nesse sentido, porque o agressor pode atormentar a mulher em locais diversos, por vezes chegam a ir ao local de trabalho da ofendida que, constantemente importunada pelo agressor, vê diminuído seu rendimento, colocando em risco seu emprego, já que o empregador nem sempre é tolerante com esse tipo de situação (Cunha e Pinto, 2012, p. 141).

Na prática é a própria vítima que fiscaliza o cumprimento da medida, noticiando a Delegacia de Polícia em caso de aproximação do agressor. Por ter uma metragem de distanciamento estabelecida pelo juiz, há dificuldade de verificar, no caso concreto, se o agente ultrapassou o limite, sendo que neste caso, a monitoração eletrônica, introduzida, pela Lei n. 12.403/11, no Código de Processo Penal (art. 319, IX), pode ser uma alternativa para assegurar o distanciamento (Fernandes, 2015).

Exemplo de deferimento dessa medida, o qual teve destaque na mídia, foi o caso dos atores Dado Dollabela e Luana Piovani em 2011. Dado foi condenado por ter agredido em 2008 a então namorada Luana, quando o juiz determinou que o ator mantivesse distância mínima de 250 metros dela (Bianchini, 2018. P.188).

- b) Contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação.

Considerada medida eficaz para proteger a vítima, visto que provoca o distanciamento total do agressor. O agente é cientificado quanto à proibição, que compete o envio de mensagens e e-mails, efetuar ligações, ou entrar em contato com a ofendida por qualquer outro meio de comunicação. A proteção abrange, também, aos familiares e as testemunhas.

A medida tem como objetivo evitar a perseguição do agressor, que pode adotar a postura de *stalker* (perseguidor), criando perfis falsos e diversos números a fim de importunar a vítima. Em São Paulo, a Defensora Pública Mariana Chaib, obteve liminar que concedeu medidas protetivas a mulher vítima de *stalking*, sustentou que o caso tratava-se de situação *sui generis*, permitindo a aplicação da

Lei Maria da Penha. O agressor, que perseguia constantemente a vítima afirmando que ambos tinham um relacionamento, já teve medidas protetivas aplicadas contra ele em razão de violência doméstica em relacionamento anterior (Defensoria Pública do Estado de São Paulo).

De acordo com Belloque (2011: 312, *apud* Bianchini, 2018. P. 188) a medida protetiva tem “o propósito é evitar que o agressor persiga a vítima, seus familiares e as testemunhas, situação que evidentemente prejudica a colheita da prova na causa penal e gera grave risco às pessoas que dela participam ou que têm relação familiar com a ofendida”.

- c) Frequentação de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida.

A ofendida, por se sentir importunada constantemente pelo agressor, deixa de frequentar as aulas, trabalho e até mesmo a casa dos familiares por sentir medo ou vergonha. Ou seja, mesmo distante o agente segue tendo o controle psicológico da mulher. No entendimento de Fernandes (2015, p. 156):

A medida cautelar proíbe o acusado de frequentar lugares específicos, em que a vítima exerce suas atividades. A proibição pode abranger a residência da vítima e seus parentes, escola, faculdade e local de trabalho. Evita-se, assim, que por meio de escândalos e novas agressões o agente impeça a vítima de prosseguir com sua vida (FERNANDES, 2015, p. 156).

A medida tem por finalidade proteger a vítima em locais onde a mulher desempenha suas atividades, pode ser desde o local de trabalho aos locais de lazer que fazem parte de sua rotina. Cabe ressaltar que o descumprimento da medida pode ser noticiado por qualquer pessoa.

As proibições não tem relação aos filhos, a visitação deve permanecer ocorrendo, caso em que um familiar fica responsável para mediar o contato com o pai, preservando a ofendida. Só haverá suspensão das visitas nos casos em que seja comprovado dano aos filhos, conforme será tratado no próximo item.

2.4 RESTRIÇÃO OU SUSPENSÃO DE VISITAS AOS DEPENDENTES MENORES OUVIDA A EQUIPE DE ATENDIMENTO MULTIDISCIPLINAR OU SERVIÇO SIMILAR.

Esta medida prima evitar que os dependentes tenham contato com o agressor. No entanto, é necessária avaliação psicossocial, para se verificar se a violência contra a mãe está produzindo efeitos danosos nos filhos (Fernandes, 2015). A violência doméstica por si só não enseja o deferimento da medida.

Cunha e Pinto (2012, p.142) ressaltam que “o cuidado que o legislador teve em recomendar a prévia oitiva de equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar, antes de proferir tal decisão”. Já que os filhos serão afastados do convívio com o pai.

Em casos que os dependentes também são vítimas do agressor, a exemplo o abuso sexual, as visitas podem ficar suspensas até ser realizada a avaliação, por apresentar risco aos dependentes, Fernandes destaca:

Esse mesmo procedimento pode – e deve – ser adotado ante a suspeita fundada de que o agressor vem praticando crimes sexuais contra suas filhas. Não há como aguardar a realização do laudo sob pena de as meninas e adolescentes serem vítimas de novos ataques ou mesmo intimidação para que mudem suas versões (FERNANDES, 2015. p. 157).

A medida deve permanecer enquanto houver risco. Maria Berenice Dias (2007: 86, citada por Alice Bianchini, 2018. P. 189) destaca que em certas situações “o juiz pode determinar que as visitas ocorram de forma supervisionada por especialistas e/ou em ambientes terapêuticos, de forma a preservar a integridade da vítima sem afetar a convivência do agressor com os filhos”.

Assim, a presente medida tem o claro escopo de preservar a vida e a integridade física da vítima, sem privar, contudo, o agressor de eventual contato com os filhos, desde que, evidentemente, a conduta criminosa não esteja interferindo no pleno desenvolvimento psicossocial da prole, fato que deve ser aferido por profissionais capacitados para tal.

2.5 PRESTAÇÃO DE ALIMENTOS PROVISIONAIS OU PROVISÓRIOS.

A prestação de alimentos tem como propósito a subsistência da vítima e de seus filhos, trata-se de medida urgente. Em razão das agressões, muitas vezes, é possível que a mulher acabe por abandonar ou perder seu emprego, passando a depender economicamente do agressor para se manter, circunstância esta que apenas reforçaria o círculo vicioso de violência e acaba por dificultar que a vítima venha a denunciar os abusos/violência que vem sofrendo. Fernandes (2015) destaca que não se destina a resolver a questão alimentar dos envolvidos, mas permitir a manutenção da vítima e dependentes durante a persecução penal ou até que seja promovida a ação civil.

O artigo 1.695 do Código Civil dispõe que os alimentos são devidos quando quem os pretende não tem bens suficientes, nem pode prover, pelo seu trabalho, à própria manutenção, e aquele, de quem se reclamam, pode fornecê-los, sem desfalque do necessário ao seu sustento. Importante ressaltar que fica obrigado o agressor ao pagamento desde a data em que foram fixados, e será mantido enquanto mulher não tiver se reestabelecido.

Há questão divergente na doutrina, quanto ao prazo de 30 dias para interpor a ação principal a qual versem sobre os alimentos. Maria Berenice Dias esclarece que:

Descabido, simplesmente, depois de 30 dias suspender sua vigência e deixar a vítima e os filhos sem meios para subsistir. Mesmo pacificado na jurisprudência que, em sede de direito familiar, a medida cautelar não perde a eficácia, se não intentada no prazo legal, ainda há quem sustente que se trate de prazo decadencial (DIAS, 2010. P.109 citado por Fernandes, 2015. P 158).

Do mesmo modo, o Relator Ministro Marco Aurélio Bellizze no Recurso Ordinário em Habeas Corpus (RHC 100446/MG) apresentou os seguintes apontamentos em seu voto:

Para efeito de exigibilidade da medida protetiva de alimentos, a alegada necessidade de ajuizamento de ação de alimentos perante a Vara da Família, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de decadência, não encontra nenhum respaldo na lei de regência e refoge em absoluto da natureza e da finalidade da aludida verba alimentar. Mais que isso. A referida linha argumentativa se aparta, *in totum*, do norte interpretativo que deve ser levado a efeito na aplicação das disposições e dos novos institutos jurídicos trazidos pela Lei n. 11.340/2006, que é justamente conferir plena efetividade a proteção à mulher submetida à situação de violência doméstica e familiar, propósito precípua da lei. A esse propósito, alias, dispõe seu art. 4º, *in*

verbis: na interpretação desta Lei, serão considerados os fins sociais a que ela se destina e, especialmente, as condições peculiares das mulheres em situação de violência doméstica e familiar. (RHC 100446/MG, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, julgado em 27/11/2018, DJe 05/12/2018).

Outra questão que apresenta discussão na doutrina é quanto aos beneficiários, enquanto parte da doutrina entendem que a obrigação do pagamento decorre da violência, outros consideram que o pagamento se dá em questão de afinidade. De modo que:

Quanto aos beneficiários, há os seguintes posicionamentos: a) os alimentos provisionais ou provisórios decorrem da prática da violência, assim, qualquer vítima de violência tem direito a alimentos por parte do agressor, independentemente de vínculo familiar; b) os alimentos provisionais ou provisórios decorrem de um direito previsto na legislação civil e só podem ser beneficiados com a prestação alimentar aqueles que poderiam postular alimentos em razão de relação de parentesco ou afinidade, como a esposa, a companheira, os filhos e demais parentes (art. 1.694 do Código Civil) (FERNANDES, 2015, p. 158).

Não restam dúvidas que o deferimento se faz necessário em razão da mulher estar em vulnerabilidade em razão das agressões que sofria. É da violência doméstica e familiar que se manifesta a necessidade financeira.

Para garantir a efetividade das medidas protetivas de urgência, poderá o juiz requisitar, a qualquer momento, auxílio da força policial (art. 22, §3º da Lei Maria da Penha).

2.6 DA POSSIBILIDADE DA DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA EM CASO DE DESCUMPRIMENTO DAS MEDIDAS PROTETIVAS.

Objetivando preservar a integridade da vítima e buscando diminuir a reincidência das agressões, a Lei Maria da Penha conta com um importante instituto em caso de descumprimento de medida protetiva de urgência, qual seja, a prisão preventiva.

Será decretada pelo juiz a requerimento do Ministério Público ou mediante a representação da autoridade policial em qualquer fase do inquérito policial ou da instrução criminal. Importante frisar que é medida considerada como *ultima ratio*,

podendo então ser revogada pelo juiz, no curso do processo, se verificado a falta de motivos que sustente a prisão, bem como, poderá ser novamente decretada se sobrevierem razões que a justifiquem (Art. 20, *caput* e parágrafo único da Lei 11.340/06).

Outrossim, o artigo 313, inciso III, do Código de Processo Penal dispõe que será admitida a decretação da prisão preventiva: “III - se o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência”.

No entendimento de Fernandes (2015, p. 71) “há, assim, duas possibilidades de decretação da prisão preventiva: a) nos termos do art. 20 da Lei n. 11.340/2006; b) nos termos do art. 313, III, do Código de Processo Penal, quando há descumprimento de medida protetiva”:

A fundamentação da prisão deve ser tríplice: “fática” referindo-se aos fatos que justificam a medida, “legal” (finalidade de assegurar a execução das medidas protetivas de urgência) e constitucional (demonstração da necessidade concreta da prisão, visto que se trata de uma medida de ultima ratio) (FERNANDES, 2015, P.180 *apud* GOMES; BIANCHINI, 2006, p. 71).

Segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça, a decretação da prisão preventiva não pode ser fundamentada somente em razão do descumprimento da medida protetiva de urgência, conforme trecho do voto do Relator Ministro Sebastião Reis Júnior, no Recurso Ordinário em Habeas Corpus 41882/MG:

Certo é que, de acordo com a reiterada jurisprudência deste Superior Tribunal, as prisões cautelares são medidas de índole excepcional, somente podendo ser decretadas ou mantidas caso demonstrada, com base em elementos concretos dos autos, a efetiva imprescindibilidade de restrição ao direito constitucional à liberdade de locomoção, à luz dos fundamentos autorizadores previstos no art. 312 do Código de Processo Penal. (RHC 41.882/ MG, Rel. Ministro Sebastião Reis Júnior, Sexta Turma, julgado em 05/12/2013, DJe 16/12/2013).

Mantém, então, a necessidade da presença dos requisitos previstos no artigo 312 do Código de Processo Penal, sendo garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a

aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria e de perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado.

O voto do relator ressalta ainda quanto a primariedade e bons antecedentes, em recurso o agressor fez tais alegações como meio de garantir sua liberdade provisória, mesmo tendo agredido sua ex-companheira após ela estar amparada por medida protetiva de urgência:

Quanto à alegada primariedade e aos bons antecedentes do ora recorrente, há muito se posicionou a jurisprudência deste Tribunal no sentido de que tais circunstâncias, por si sós, não são aptas a garantir o direito à liberdade provisória, sobretudo quando presentes outros elementos que indiquem a necessidade da segregação cautelar (RHC 41.882/ MG, Rel. Ministro Sebastião Reis Júnior, Sexta Turma, julgado em 05/12/2013, DJe 16/12/2013).

O caso alhures evidencia então, que a violência doméstica ocorre nos mais diversos cenários, desconstrói o estereótipo de que o agressor é o homem que possui baixa renda, pouca escolaridade ou que já tenha cometido outros crimes. Embora tenha muitos casos de violência relacionados a esse tipo de perfil, há também homens que por serem bons pais, possuírem um bom relacionamento na sociedade ou por trabalharem regularmente, não são identificados/reconhecidos como agressores, uma vez que a agressão é “direcionada tão somente à parceira, que demora anos para relatar as agressões físicas ou desiste de prosseguir, por medo ou ilusão” (Fernandes, 2015).

O fato é, por conseguinte, que não existe um estereótipo de agressor, sendo que a violência doméstica e familiar contra a mulher ocorre nos mais variados ambientes e envolve pessoas de todas as classes e origens, sem distinção, tratando-se, muita vezes, de violência silenciosa e que pode acarretar graves danos às vítimas.

Outrossim, a Lei 13.984/20 introduziu duas importantes medidas que obrigam os agressores, no caso acrescentando os incisos VI e VII ao artigo 22 da Lei n.º 11.340/06. Tais medidas dizem respeito justamente ao comparecimento do agressor a programas de recuperação e reeducação, bem como acompanhamento psicossocial do agressor por atendimento em grupo de apoio, o que pode ser dar de forma individual ou em grupo. Pois bem, claramente estas novas disposições dizem

respeito diretamente ao tema central desta pesquisa, razão pela qual serão abordados no próximo capítulo.

3 CENTROS DE REEDUCAÇÃO / REABILITAÇÃO DE AGRESSORES

Em um cenário em que, muitas vezes, por si só as medidas protetivas não desempenham a efetividade necessária, é imprescindível buscar meios para reprimir a violência doméstica e familiar, sem necessariamente encarcerar o acusado, bem como adotar medidas que efetivamente produzam efeitos mais longos, que perdurem no tempo. Assim, os grupos de reabilitação de agressores tornou-se uma medida protetiva eficaz contra a reincidência em casos de agressões contra mulheres.

Comarcas de diversas cidades do país adota, além dos projetos voltados à vítima, a promoção de grupos de reeducação/reabilitação para agressores com o intuito de verificar, através de acompanhamento psicológico, as possíveis razões que levaram esse homem a agredir suas companheiras/esposas, possibilitando, assim, que estes desconstituam conceitos errôneos.

3.1 DA POSSIBILIDADE DE ADOÇÃO DOS GRUPOS DE REEDUCAÇÃO DE AGRESSORES COMO MEDIDA PROTETIVA DE URGÊNCIA.

A Lei Maria da Penha, em seu artigo 35, inciso V, prevê a possibilidade de que a União, Distrito Federal, os Estados e os Municípios, no limite de suas competências, criem e promovam centros de educação e reabilitação de agressores.

De tal forma que o artigo 45 da mesma Lei acrescentou o parágrafo único ao art. 152 da Lei 7.210/84 (Lei de Execução Penal), o qual apresenta o seguinte teor: “Art. 152.[...] Parágrafo único. Nos casos de violência doméstica contra a mulher, o juiz poderá determinar o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e reeducação.”

Igualmente, há o entendimento do enunciado 26 do Fórum Nacional dos Juízes de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher (2018):

O juiz, a título de medida protetiva de urgência, poderá determinar o comparecimento obrigatório do agressor para atendimento psicossocial e pedagógico, como prática de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher (FONAVID, 2018).

Corroborando esse entendimento, há decisões definindo essa medida como protetiva de urgência, também, em razão de que o artigo 22 da Lei Maria da Penha, em seu parágrafo primeiro, não é taxativo, permitindo, então, a aplicabilidade de outras medidas previstas na legislação, preservando a segurança da ofendida, devendo a providência ser comunicada ao Ministério Público.

O rol de medidas protetivas aplicáveis em face do agressor é exemplificativo (art. 22, caput, da Lei nº 11.340/2006), e se assim o é, nada impede que o magistrado, desde que de modo fundamentado, como ocorre na espécie, imponha outras medidas além daquelas descritas pelo legislador à violência doméstica e familiar (HC: 170802 MT, Rel. Des. Rondon Bassil Dower Filho, Segunda Câmara Criminal, julgado em 01/02/2017, DJe 10/02/2017).

No trecho alhures apresentado, o Relator não reconheceu a ilegalidade apresentada pelo impetrante, o qual alegou que o comparecimento em grupos de reabilitação não teria fundamento legal. O réu já tinha medidas protetivas deferidas contra ele e foi preso em flagrante pela prática de lesão corporal em contexto de Violência Doméstica e familiar. Ainda no voto o relator apresenta uma das finalidades da inserção do agressor ao grupo reflexivo:

(...), é de se notar que a providência adotada, a par de atender os comandos constitucionais (ex vi art. 226, § 8º da CF), busca inculcar no paciente o senso de respeito à integridade física e psíquica da mulher, revelando-se, nessa medida, crucial para promover o seu desenvolvimento humano e garantir a harmonia familiar (HC: 170802 MT, Rel. Des. Rondon Bassil Dower Filho, Segunda Câmara Criminal, julgado em 01/02/2017, DJe 10/02/2017).

Porém, como já mencionado alhures, recentemente, com a sanção da Lei 13.984/2020, o artigo 22 da lei 11.340/06 passou a ter dois novos incisos, quais sejam, os VI e VII, nos quais são permitidas a adoção de medidas que obrigam o autor de violência doméstica e familiar contra a mulher tais como o “comparecimento do agressor a programas de recuperação e reeducação” e “acompanhamento psicossocial do agressor, por meio de atendimento individual e/ou em grupo de apoio”.

Por conseguinte, a partir deste novo marco legal, restou definindo expressamente, então, como medida protetiva de urgência a possibilidade de obrigar/impôr ao autor de crime de violência doméstica e familiar contra a mulher que este participe dos grupos de reeducação de agressores.

A medida é imprescindível para que seja possível identificar as razões pelas quais os homens agredem suas companheiras. Ainda no entendimento de Valéria Fernandes (2015, p. 173) “Conhecer os fatores que levam o homem a praticar violência de gênero e desconstruir conceitos errôneos incorporados é uma forma de dar efetividade ao processo protetivo”.

No mesmo sentido, Bianchini (2013) leciona:

Os centros de reflexão para homens agressores inserem-se no grupo de programas de intervenção que pretendem produzir um efeito ressocializador no condenado, utilizando técnicas como a psicoterapia. É sabido que muitos dos homens agressores também foram eles próprios, vítimas de violência quando crianças, e tendem a reproduzir essa cultura da brutalidade. O grande desafio desses centros é quebrar esse ciclo vicioso.

Denota-se o quanto é preciso trabalhar com homens, principalmente aqueles que já praticaram a violência doméstica, para modificar o pensamento machista e a ideia de posse que o homem nutre em relação à mulher. O pedido de inclusão no Programa de Reeducação do Agressor, prima, não apenas, pela interrupção imediata da violência, a qual as vítimas vinham sendo afligidas, (...), visa prevenir futuras agressões (Silva e Barbosa, 2018).

Não obstante isso, a punição do agressor, somente, através da privação de liberdade, não apresenta índices satisfatórios, no que tange a questão da reincidência. Mesmo após o cumprimento da pena, há casos de novas agressões seja em antigos ou novos relacionamentos, o que evidencia a necessidade de mudar o comportamento e conceitos retrógrados do homem. Fernandes (2015, p.173) destaca:

Com as medidas protetivas e a reeducação do agressor, o processo ressurgiu como um instrumento de transformação da realidade. Rompe-se com a tradicional função do processo. Nasce um processo inovador, capaz de interferir na realidade de famílias violentas, transformando homens e mulheres e cumprindo uma função de pacificação social (FERNANDES, 2015, p.173).

Resta demonstrado a necessidade de buscar medidas diversas da prisão, que tenha a capacidade de mudar concepções e atos de homens violentos. Visto que tão somente a prisão não é efetivamente capaz de ressocializar o agressor. Muitas vezes, enquanto preso, o homem nutre o sentimento de vingança pela

mulher ou pode até, em novos relacionamentos, apresentar o mesmo comportamento agressivo. Maria Berenice Dias leciona:

A imposição de medida restritiva de direitos, que leve o agressor a conscientizar-se de que é indevido seu agir, é a melhor maneira de enfrentar a violência doméstica. Só deste modo se poderá dar um basta às diversas formas de violência cometidas contra a mulher de forma tão reiterada e há tanto tempo. Ninguém duvida que a violência doméstica tem causas culturais, decorrentes de uma sociedade que sempre proclamou a superioridade masculina, assegurando ao homem o direito correccional sobre a mulher e os filhos (DIAS, 2007, p. 139).

Não restam dúvidas que a ressocialização do agressor através dos projetos de reeducação é uma medida eficaz e inovadora, pois além do trabalho de empoderamento realizado com a vítima, é trabalhado diretamente com o agressor, desconstruindo os conceitos machistas e rompendo o ciclo vicioso da violência.

Dada a suma importância desse instituto, atualmente, está elencada como medida protetiva de urgência na Lei Maria da Penha.

3.2 DA ADMISSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DA SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO E *SURDIS* MEDIANTE A IMPOSIÇÃO DE FREQUÊNCIA À GRUPOS DE REABILITAÇÃO DE AGRESSORES.

O artigo 41 da Lei 11.340/06 dispõe “Aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena prevista, não se aplica a Lei 9.099/95”. Compreende, destarte, aos institutos despenalizadores previstos na norma, vedando, a exemplo, a suspensão condicional do processo, prevista no artigo 89 da Lei 9.099/95 (Bianchini, 2018).

O tema apresentou divergência entre tribunais. O STJ já proferiu decisões favoráveis à suspensão condicional do processo, Bianchini menciona:

(...) o STJ e alguns tribunais de justiça (TJRS e TJRJ, por exemplo) entendiam que a suspensão condicional do processo era aplicável aos casos tratados pela Lei Maria da Penha. As principais razões fundavam-se no argumento de que a aplicação da suspensão condicional do processo não ofendia a proteção da família, assim como não afrontava o princípio da isonomia e a necessidade de se valorizar a dignidade da pessoa humana, no caso da mulher vítima de violência doméstica e familiar (BIANCHINI 2018. p. 258).

Não obstante, Bianchini (2018) refere que o STF sempre entendeu em não

aplicar o instituto despenalizador aos casos que envolvessem violência doméstica e familiar.

Em 24 de março de 2011, no julgamento HC 106.202/MS, o Plénário do Supremo Tribunal Federal, em votação unânime, decidiu pela constitucionalidade do artigo 41 da Lei Maria da Penha, afastando, portanto, a suspensão condicional do processo em casos de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Fernandes, 2015). O STJ passou, então, a adotar tal entendimento, conforme se observa no trecho da decisão do Relator Ministro Jorge Mussi (RHC 42092/ RJ):

(...) após o julgamento do HC n. 106.212/MS pelo Supremo Tribunal Federal, consolidou-se neste Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que não é possível a aplicação dos institutos despenalizadores previstos na Lei 9.099/1995, notadamente o da suspensão condicional do processo, aos acusados de crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do artigo 41 da Lei Maria da Penha (RHC 420926/ RJ, Rel. Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, julgado em 25/03/2014, Dje 02/04/2014).

Em razão do número de julgados vedando a aplicabilidade da suspensão condicional do processo, o tema restou pacificado no STJ e sumulado, apresentando Súmula com o seguinte teor:

Súmula 536 - A suspensão condicional do processo e a transação penal não se aplicam na hipótese de delitos sujeitos ao rito da Lei Maria da Penha (Súmula 536, Terceira Seção, Julgado em 10/06/2015, DJe 15/06/2015).

Nessa mesma perspectiva, a Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (COPEVID) estabeleceu o seguinte entendimento:

Enunciado nº 01 (001/2011): Nos casos de crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher não se aplica a suspensão condicional do processo. (Aprovado na Plenária da II Reunião Ordinária do GNDH de 10/06/2011 e pelo Colegiado do CNPG de 17/06/2011).

Isto posto, torna evidente a impossibilidade de que seja concedido suspensão condicional do processo para crimes com cunho Doméstico e Familiar contra a mulher.

Importa ressaltar, ainda, que a disposição do artigo 41 da Lei Maria da Penha abrange as contravenções penais, embora a lei mencione expressamente

apenas “crime” em seu texto. Alice Bianchini (2017) ilustra o entendimento do STF em HC 106.212 / MS:

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA – ARTIGO 41 DA LEI Nº 11.340/06 – ALCANCE. O preceito do artigo 41 da Lei nº 11.340/06 alcança toda e qualquer prática delituosa contra a mulher, até mesmo quando consubstancia contravenção penal, como é a relativa a vias de fato. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA – ARTIGO 41 DA LEI Nº 11.340/06 – AFASTAMENTO DA LEI Nº 9.099/95 – CONSTITUCIONALIDADE. Ante a opção político-normativa prevista no artigo 98, inciso I, e a proteção versada no artigo 226, § 8º, ambos da Constituição Federal, surge harmônico com esta última o afastamento peremptório da Lei nº 9.099/95 – mediante o artigo 41 da Lei nº 11.340/06 no processo-crime a revelar violência contra a mulher. (STF, Tribunal Pleno, HC 106.212/MS, Rel. Min. Marco Aurélio, j. em 24/03/2011).

Alice Bianchini (2017) ainda destaca trecho do voto do relator:

- De conformidade com o artigo 98, I, da CF, ‘a definição de infração penal de menor potencial ofensivo, subme tendo a ao julgamento dos juizados especiais, depende de opção político-normativa dos representantes do povo – os Deputados Federais – e dos representantes dos Estados – os Senadores da República’. - ‘Dirão que o dispositivo contém referência a crime e não a contravenção penal, não alcançando as vias de fato. **Fujam à interpretação verbal, à interpretação gramatical, que, realmente, seduzindo, porquanto viabiliza a conclusão sobre o preceito legal em aligeirado olhar, não consubstancia método seguro de hermenêutica. Presente a busca do objetivo da norma, tem-se que o preceito afasta de forma categórica a Lei n. 9.099/95 no que, em processo-crime – e inexistente processo contravenção –, haja quadro a revelar a violência doméstica e familiar**’. - Tenho como de alcance linear e constitucional o disposto no artigo 41 da Lei 11.340/2006, que, alfim, se coaduna com a máxima de Ruy Barbosa de que a ‘regra da igualdade não consiste senão em quinhoar desigualmente aos desiguais, na medida em que se desigualem... Tratar com desigualdade a iguais, ou a desiguais com igualdade, seria desigualdade flagrante, e não igualdade real’. - O enfoque atende à ordem jurídico-constitucional, à procura do avanço cultural, ao necessário combate às vergonhosas estatísticas do desprezo às famílias considerada a célula básica que é a mulher (AURÉLIO, 2011 citado por Biachini, 2017).

Valido mencionar, também, o enunciado nº 02/2011 da Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (COPEVID) que referencia a aplicabilidade da vedação do artigo 41 da Lei 11.340/06 as contravenções penais.

Enunciado nº 02 (002/2011): O art. 41 da Lei Maria da Pena aplica-se indistintamente aos crimes e contravenções penais, na esteira do entendimento do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça. (Com nova redação aprovada na Reunião Ordinária do GNDH de 05/07/2013 e pelo Colegiado do CNPG de 30/07/2013).

O Superior Tribunal de Justiça consolidou o entendimento em Súmula:

Súmula 588 - A prática de crime ou contravenção penal contra a mulher com violência ou grave ameaça no ambiente doméstico impossibilita a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos. (Súmula 588, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 13/09/2017, DJe 18/09/2017).

No tocante à admissibilidade de aplicação da suspensão condicional do processo mediante a frequência em grupos de reeducação/ reabilitação, Fernandes (2015, p. 167) destaca que logo no início da vigência da lei Maria da Penha, a reeducação do agressor figurava como condição específica da suspensão condicional do processo. Refere, ainda, que o controle judicial garantia o comparecimento dos agressores aos programas e o descumprimento importava em revogação do benefício.

Esta questão restou superada, conforme mencionado anteriormente, pois o entendimento é incompatível com a disposição taxativa do artigo 41 da Lei Maria da Penha. Não há, portanto, como condicionar a participação do agressor nos grupos reflexivos para que este tenha deferido a suspensão condicional do processo, eis que este instituto despenalizador não pode ser empregado em crimes que envolvam a violência doméstica e familiar contra a mulher.

Dada a impossibilidade de o agressor se beneficiar dos institutos despenalizadores, como impor que os agressores frequentem os grupos de reabilitação?

Inicialmente cumpre mencionar o artigo 77 do Código Penal, o qual trata do *sursis* e prevê que a execução da pena privativa de liberdade, não superior a dois anos, poderá ser suspensa, por dois a quatro anos, desde que obedecidos os seus requisitos:

I - o condenado não seja reincidente em crime doloso;

II - a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias autorizem a concessão do benefício;

III - Não seja indicada ou cabível a substituição prevista no art. 44 deste Código (BRASIL, 1940).

Desse modo, pode o juiz, fixar a frequência aos grupos de reabilitação/reeducação como condição para a suspensão condicional da pena (*sursis*) com fundamento no artigo 79 da referida legislação, que dispõe “A sentença poderá especificar outras condições a que fica subordinada a suspensão, desde que adequadas ao fato e à situação pessoal do condenado”.

Nesse seguimento, a Segunda Câmara Criminal, ao julgar a Apelação nº 70072323884 decidiu no sentido de que a participação/frequência do agressor aos grupos de reabilitação/reeducação seja uma condição para a aplicação da Suspensão Condicional da Pena:

Ementa: APELAÇÃO CRIME. AMEAÇA. LEI MARIA DA PENHA. PRELIMINAR. NULIDADE DA SENTENÇA. **CONCESSÃO DE SURSIS CONDICIONADA À FREQUÊNCIA NO PROGRAMA HORA. AUSÊNCIA DE EXPLICAÇÃO SOBRE O PROGRAMA. IMPOSSIBILIDADE DE VERIFICAÇÃO DE QUE É ADEQUADO AO CASO CONCRETO. DESACOLHIMENTO.** Sendo de conhecimento geral que o Projeto HORA (criado, diga-se, pelo próprio Juizado de Violência Doméstica) visa a conscientizar homens agressores para que não voltem a cometer atos de violência contra a mulher, não é necessário que o Juízo esclareça minúcias acerca de seu funcionamento na sentença. **A natureza notória do projeto basta para concluir que a condição de frequentá-lo (para a suspensão da pena) é plenamente adequada aos casos de violência doméstica; e, conseqüentemente, a imposição de referida condição encontra amparo legal no art. 79 do CP.** MÉRITO. ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. PALAVRA DA VÍTIMA. SUFICIÊNCIA PROBATÓRIA. Nos crimes de violência doméstica, praticados geralmente na intimidade da convivência familiar, dificilmente existe alguma testemunha ocular, afora as partes diretamente envolvidas no ocorrido; assim, nesses casos a palavra da ofendida assume especial relevância probatória, sendo suficiente, se coerente, para ensejar condenação. PENA. MANTIDA. SUBSTITUIÇÃO DA PPL POR PRD. IMPOSSIBILIDADE. INTELIGÊNCIA DO ART. 44, I, CP. APELAÇÃO DESPROVIDA. POR MAIORIA (Apelação Crime, Nº 70072323884, Segunda Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Luiz Mello Guimarães, Julgado em: 23-02-2017). (grifei)

Do mesmo modo, o Relator Desembargador Roberto Távora, em julgamento de apelação nº 03440700720128190001, também estabeleceu a frequência como condição à Suspensão Condicional da Pena:

APELANTE SOLTO. LESÃO CORPORAL. (ARTIGO 129, § 9º DO CÓDIGO PENAL, NA FORMA DA LEI 11.340/06). CONDENAÇÃO A 03 MESES DE DETENÇÃO, EM REGIME ABERTO, FICANDO A PENA SUSPensa, NA FORMA DO ARTIGO 77 DO CÓDIGO PENAL, EM PERÍODO DE PROVA DE 02 ANOS, MEDIANTE O CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO ARTIGO 78, § 2º, A, B E C, DO CÓDIGO PENAL. (1) PRELIMINARMENTE, BUSCA A DEFESA A NULIDADE DO FEITO EM

RAZÃO DA MANIFESTAÇÃO DA VÍTIMA PELA RETRATAÇÃO. (A) ENTENDIMENTO DOS TRIBUNAIS SUPERIORES NO SENTIDO DA NÃO APLICAÇÃO DO ART. 88 DA LEI 9099/95 (...) DEPENDERÁ DE REPRESENTAÇÃO A AÇÃO PENAL RELATIVA AOS CRIMES DE LESÕES CORPORAIS LEVES E LESÕES CULPOSAS. ÀS HIPÓTESES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER EM RAZÃO DO DISPOSTO NO ART. 41 DA LEI Nº 11340/06. AOS CRIMES PRATICADOS COM VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER, INDEPENDENTE DA PENA PREVISTA, NÃO SE APLICA A LEI 9099, DE 26/09/1995. CONSIDERANDO TAL ENTENDIMENTO, RESTOU ESTABELECIDO A NATUREZA INCONDICIONADA DA AÇÃO PENAL EM CASO DE CRIMES DE LESÃO CORPORAL, DOLOSOS OU CULPOSOS, PRATICADOS MEDIANTE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER, FIRMANDO A INAPLICABILIDADE, À ESPÉCIE, DO ART. 16 DA LEI 11343/06. NO MÉRITO, REQUER A DEFESA (2) A ABSOLVIÇÃO PELA SUPOSTA FRAGILIDADE PROBATÓRIA. (B) IMPOSSIBILIDADE. AUTORIA E MATERIALIDADE FIRMAMENTE EVIDENCIADAS PELO DEPOIMENTO DA VÍTIMA E PELO AECD, ATESTANDO LESÃO COMPATÍVEL COM AS DECLARAÇÕES PRESTADAS EM JUÍZO. A NEGATIVA DO APELANTE QUEDOU-SE ISOLADA CONFRONTADA ÀS PROVAS DOS AUTOS. SUBSIDIARIAMENTE, PUGNA (3) A SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVA DE DIREITO. (C) INVIÁVEL, POIS AUSENTES OS REQUISITOS LEGAIS INSERTOS NOS ARTIGOS 44, INCISO I, DO CÓDIGO PENAL (CRIME PRATICADO MEDIANTE VIOLÊNCIA). (4). A EXCLUSÃO DA PARTICIPAÇÃO DO RÉU EM GRUPO REFLEXIVO. (D). DESCABIMENTO. **A DETERMINAÇÃO JUDICIAL DE FREQUENTAR GRUPO DE REFLEXÃO PARA HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DO ALUDIDO JUIZADO TEM NATUREZA DE CONDIÇÃO JUDICIAL DO SURSIS, COM ARRIMO NO ARTIGO 79 DO CÓDIGO PENAL (ART. 79 - A SENTENÇA PODERÁ ESPECIFICAR OUTRAS CONDIÇÕES A QUE FICA SUBORDINADA A SUSPENSÃO, DESDE QUE ADEQUADAS AO FATO E À SITUAÇÃO PESSOAL DO CONDENADO). (REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 7.209, DE 11.7.1984), TOTALMENTE PERTINENTE COM O ESCOPO DA LEI MARIA DA PENHA, HAVENDO PREVISÃO LEGAL, NO ARTIGO 45 DA LEI 11.340/2006 (NOS CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER, O JUIZ PODERÁ DETERMINAR O COMPARECIMENTO OBRIGATÓRIO DO AGRESSOR A PROGRAMAS DE RECUPERAÇÃO E REEDUCAÇÃO).** PRELIMINAR REJEITADA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

(TJ-RJ - APL: 03440700720128190001 RJ 0344070-07.2012.8.19.0001, Relator: Des. Jose Roberto Lagranha Tavora, Data de Julgamento: 10/03/2015, Quarta Câmara criminal, Data de Publicação: 16/03/2015). (grifei)

A partir da análise das decisões dos tribunais, resta evidenciado a possibilidade da Suspensão Condicional da Pena (*sursis*), desde que presentes os requisitos, como forma de condicionar os agressores de violência doméstica e familiar a frequentar grupos de reeducação/reabilitação.

3.3 DA EFETIVIDADE DA FREQUÊNCIA AOS CENTROS DE REABILITAÇÃO DE AGRESSORES COMO MEDIDA PARA ELIDIR A REITERAÇÃO DA PRÁTICA DE CRIMES ENVOLVENDO VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER.

Além de programas voltados ao amparo de mulheres vítimas da violência doméstica e familiar, há uma crescente necessidade de promover projetos que visem à reabilitação dos agressores, com a finalidade de diminuir a reincidência em práticas agressivas. Nesse sentido, Saffioti (2004, p.68) destaca que:

As pessoas envolvidas na relação violenta devem ter o desejo de mudar. É por esta razão que não se acredita numa mudança radical de uma relação violenta, quando se trabalha exclusivamente com a vítima, sofrendo esta alguma mudança, enquanto a outra parte permanece sempre o que foi. Mantendo o seu *habitus*, a relação pode inclusive, tornar-se ainda mais violenta. Todos percebem que a vítima precisa de ajuda, mas poucos veem esta necessidade no agressor. As duas partes precisam de auxílio para promover uma verdadeira transformação da relação violenta.

Os fatores que levam o homem a praticar a violência contra a mulher são diversos, podendo emergir de causas internas e externas.

As causas internas referem-se à raiz da violência, o motivo que leva o homem a agir de forma agressiva. Já externas, são fatores, “gatilhos”, que denotam o ato de violência ou fazem com que a violência, presente no íntimo do agente, acabe emergindo (Fernandes, 2015).

Em vista disso, vivenciar agressões ainda na infância faz com que se acredite que a violência é normal e é forma para resolver conflitos, e pode ser uma das razões que leva o homem, já em seus primeiros relacionamentos, a demonstrar esse comportamento agressivo. Aliado a isso também, pode-se considerar “gatilhos” os fatores que potencializam o homem a apresentar comportamentos agressivos, seja uso de álcool ou drogas. Fernandes (2015) destaca que o homem violento entende que a mulher deve-lhe obediência e que tem o direito de impor sua vontade ou corrigi-la, ainda que de forma violenta.

Desconstruir esses conceitos incorporados é o propósito dos grupos de reeducação de agressores. As reflexões praticadas possuem eficácia significativa, pois objetiva aos homens agressores a pensar o seu papel na sociedade. Por meio

de diálogos e exposições é que atuam os profissionais que conduzem os projetos, fazendo com que os agressores mensurem a reprovabilidade das ações que tiveram.

E em razão disso, a postura, de não julgamento, dos psicólogos que desempenham a avaliação dos agressores é extremamente importante para que a participação do agressor seja efetiva (Cunha; Sales; Bussinguer et. al., 2018). Visto que é natural ter certa resistência do homem a participar dos encontros, e é a partir da confiança no projeto é que a participação começa a ser mais frequente.

Ademais, são esses profissionais qualificados, de diversos setores, que irão contribuir para a eficácia do processo protetivo, mediante informações prestadas ao Órgão Judiciário, com a finalidade de que ao caso, seja aplicada a sanção correspondente.

Acredita-se na possibilidade de reeducação ao verificar o perfil dos agressores, que geralmente não apresentam maus antecedentes. Fernandes reforça que:

O autor de violência doméstica é diferente de outros agentes. Ao contrário do padrão comumente encontrado no cotidiano forense, em regra, o agressor é primário, de bons antecedentes, com emprego e residência fixos e um "bom cidadão", o que facilita sua reeducação (FERNANDES, 2015, p. 169).

Países como Argentina, Chile, Portugal e Angola mencionam em suas legislações a reeducação como forma de dotar efetividade ao enfrentamento à violência (Fernandes, 2015).

No Brasil não é diferente, há também, amparo legal para a criação dos grupos de reabilitação. A alteração recente do artigo 22 da Lei Maria da Penha reforça a necessidade que se tem de efetivar a promoção e participação dos agressores aos grupos reflexivos, ao tornar a medida como protetiva de urgência.

Em algumas cidades do país, os grupos de reabilitação/ reeducação já são realidade e apresentam bons resultados.

A promoção dos grupos de reabilitação não é recente, ainda no ano de 1999, ou seja, sete anos antes da Lei Maria da Penha, um dos primeiros grupos de reeducação de agressores passou a exercer as atividades de ressocialização. Com parceria da Prefeitura Municipal de São Gonçalo, os encontros ocorriam nos espaços do Centro Especial de Orientação à Mulher Zuzu Angel (CEOM). O Judiciário promovia a participação, como forma de condição a suspensão

condicional da pena ou, na época permitida, suspensão condicional do processo (Bianchini, 2013).

O Juizado de Violência Doméstica contra a Mulher de São Gonçalo informa que segundo dados de 2009, menos de 2% dos homens participantes do projeto voltaram a agredir suas companheiras (Bianchini, 2013).

Nesse prisma, o projeto “Grupo Reflexivo de homens: Por uma atitude de Paz” promovido pelo Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, coordenado por Érica Verícia Canuto de Oliveira Veras, do Núcleo de Apoio à Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar, passou a atuar desde 2012. O projeto visa a ressocialização do agressor:

Acredita-se que preciso ampliar o atendimento para além da mulher agredida, sendo também necessário estendê-lo ao acusado, às crianças e adolescentes envolvidas nesses conflitos, enfim, a toda a família. Afinal, não adianta só institucionalizar o indivíduo acusado, se não existir no sistema prisional ações ou políticas que promovam a conscientização do mesmo em prol de uma mudança de atitude frente a suas vítimas e suas atitudes enquanto sujeito social. Logo, o fato de o detido estar recluso não garantirá o rompimento do ciclo de violência, uma vez que toda a situação familiar e histórica permanecerá a mesma após o cumprimento de sua pena. (MPRN, p. 3, 2011)

No ano seguinte foi implantado no Presídio Central de Porto Alegre - RS o projeto “Metendo a Colher”, iniciativa da Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul, através da Coordenadoria Penitenciária da Mulher. O projeto tem o propósito de conscientizar os agressores para que não tornem a agredir.

O trabalho é realizado dentro da própria penitenciária, por meio de entrevistas traçando o perfil do agressor. A psicóloga Maristela Mostardeiro, uma das idealizadoras do projeto, explica: “Normalmente, eles vêm de uma cultura familiar em que ninguém os alerta que bater em mulher é errado. Esse será o nosso papel” (Compromisso e Atitude – Lei Maria da Penha, 2013). Neiva Motta explica sobre a metodologia do programa:

A metodologia aplicada no projeto inicia com entrevista individual, que abrange aspectos pessoais, sociais e processuais. O trabalho em grupo é realizado no período de um mês. Após a entrevista, os integrantes são encaminhados para os grupos de reflexão, com 2 horas semanais. Além da Educação sobre a Lei Maria da Penha, direitos humanos e formas e ciclo da violência, os homens são orientados e encaminhados para os atendimentos regionais de Assistência do Município de Porto Alegre (MOTTA, 2014).

Em dados apresentados pela Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE) em 2014, dos 79 participantes do grupo de conscientização, nenhum reincidiu no crime de violência doméstica (Motta, 2014).

Outrossim, na cidade de Caxias do Sul - RS, o Juizado da Violência Doméstica desenvolveu o grupo reflexivo denominado "HORA – Homens: Orientação, Reflexão e Atendimento".

O projeto consiste em sete encontros com o agressor, sendo que o primeiro é apresentado a metodologia e a técnica que será aplicada. A ele é facultado aderir ou não ao grupo. Em caso de aceitação, o homem participa de nove reuniões semanais, com, no máximo, 20 componentes. A equipe técnica é composta por uma psicóloga judiciária, duas psicólogas voluntárias e três estagiárias. Após a participação no grupo, os homens são contatados para uma reavaliação, objetivando aferir as mudanças comportamentais. (Tribunal de Justiça, 2016).

O titular do Juizado da Violência Doméstica de Caxias do Sul, Juiz Emerson Jardim Kaminski, avalia positivamente o projeto referindo que "a rotina de acolhimento tem servido para melhor compreender a realidade fática conflituosa, acolher a mulher em situações peculiares, intervir prontamente nas hipóteses extremas, a fim de evitar a continuidade da prática agressiva".

Um dos participantes revela os resultados do projeto:

"Quando eu entrei no projeto *HORA*, percebi que era uma ajuda psicológica", explica. "E isso é muito bom, mudou totalmente a perspectiva que eu tinha do problema". Ao destacar o trabalho das psicólogas, é enfático: "Elas fazem a gente refletir sobre a própria situação do homem na sociedade". Em depoimento ao Juiz Kaminski, reconheceu a importância orientação. "Me ajuda muito a entender e a melhorar muito", finaliza (Chagas, 2016).

A eficácia do projeto pode ser verificada em poucos meses, segundo informação fornecida pelo Tribunal de Justiça. De fato, em oito meses de trabalho, apenas dois homens reincidiram. (Tribunal de Justiça, 2016).

Do mesmo modo, em pesquisa realizada em 2018 por Mucelin e Webber, para o II Congresso de Direitos Humanos da FSG, sobre o Projeto HORA:

Constatou-se que entre agosto de 2014 e agosto de 2017 houve o comparecimento de 1492 homens, sendo que 495 deles concluíram o projeto. Dentre os homens que iniciaram e não concluíram o projeto contabilizam-se 963, e aqueles encaminhados à Justiça Terapêutica (casos

de alcoolismo, drogadição e/ou sofrimento psíquico) foram 81 homens. A adesão ao projeto foi de 495 homens no período citado. Por fim, analisando os casos de reincidência no crime de violência doméstica contra a mulher, referente aos participantes do Projeto HORA, apenas 10 deles foram acusados novamente (MUCELIN; WEBBER, 2018).

Seguindo o mesmo propósito, segundo informações da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação do Município de Lages-SC, no segundo semestre de 2019 realizou-se reuniões com homens envolvidos com a prática de violência doméstica. Foram apenas 10 encontros, mas a previsão é que se torne um projeto aliado a rede de proteção a mulher (Junior, 2019). O juiz Alexandre Takaschima pondera:

Lages deu mais um passo importante em 2019, ao tornar real o sonho de criação de um espaço seguro de diálogo sobre o tema das violências de gênero. As sementes estão sendo plantadas para uma cidade mais justa e respeitosa com o gênero feminino” (Junior, 2019).

Dada a relevância como medida eficaz ao enfrentamento a violência contra a mulher, em Taboão da Serra / SP o projeto de reeducação para agressores virou Lei. O projeto “Tempo de Despertar” foi idealizado pela Promotora de Justiça Gabriela Manssur, tendo como alvo homens que estão respondendo a inquérito policial, procedimento de medidas protetivas, prisão em flagrante e/ou processos criminais em andamento por agressões a mulheres (Vassallo, 2018).

A Lei 16.659/2018 autoriza o Governo do Estado de São Paulo a promover o Programa Tempo de Despertar, dispondo:

Artigo 1º - O Governo do Estado fica autorizado a instituir o Programa Tempo de Despertar, em parceria com o Poder Judiciário e o Ministério Públicos estaduais.

Artigo 2º - O programa a que se refere esta lei tem por finalidade o trabalho com grupo de autores de violência contra a mulher (São Paulo, 2018).

No tocante a eficácia do projeto, segundo dados estatísticos do Núcleo de Combate a Violência Doméstica Contra a Mulher (Gevid), constatam que entre os anos de 2014 a 2016, a reincidência passou de 65% para 2% (Vassallo, 2018), denotando, assim, o evidente sucesso da medida.

A promotora Gabriela Manssur afirma:

A maior beneficiada pelo projeto “Tempo de Despertar” é a mulher. A aproximação dos agressores com profissionais especializados que compõem a rede protetiva é indispensável para informa-los sobre a desigualdade de gênero, direitos das mulheres e os papéis que mulheres e homens desempenham atualmente da sociedade, numa tentativa de desconstrução do machismo. (VASSALLO, 2018).

A partir de tais apontamentos, constata-se que os números, na maioria dos projetos, são significativos, no que se refere à reincidência dos agressores, ressaltando a importância da promoção dos grupos de reeducação/ reabilitação para o efetivo combate à violência contra a mulher. De fato, somente o trabalho de amparo e empoderamento da mulher não apresenta os resultados necessários, há que se promover, também, a conscientização do homem quanto aos danos causados pela violência doméstica e familiar contra a mulher.

Em razão disso, percebe-se que a eficácia dos grupos de reeducação é satisfatória, ao ter, no ano de 2020, a alteração do artigo 22 da Lei Maria da Penha, incluindo o comparecimento do agressor a programas de recuperação e reeducação e o acompanhamento psicossocial do agressor, por meio de atendimento individual e/ou em grupo de apoio como medidas protetivas de urgência. A inovação legislativa veio, por conseguinte, apenas acolher sob o aspecto do direito positivado, os bons resultados que já eram observados em diferentes ações em andamento em diferentes Comarcas do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a constante preocupação em diminuir as práticas agressivas contra as mulheres, constatou-se a necessidade de buscar novos meios de tentar elidir tais condutas.

A Lei Maria da Penha é um valioso instituto para a proteção da mulher vítima de violência doméstica e familiar. É considerada uma conquista não só para as mulheres, mas para a sociedade como um todo.

Observou-se que embora a mulher tenha medidas protetivas deferidas contra o agressor, o processo protetivo não atinge a efetividade necessária.

Advém, então, a necessidade de buscar meios de elidir as práticas agressivas, e como se pode verificar, os grupos de reabilitação/ reeducação de agressores apresentam resultados satisfatórios.

É necessário trabalhar diretamente com o homem, no intuito de desconstruir os conceitos machistas incorporados. Não se tem bons resultados desempenhando o trabalho com apenas uma das partes, que via de regra é a vítima.

Ao analisar os números apresentados pelos grupos de reeducação de agressores implantados no Brasil, no que tange a não reincidência, a taxa de um deles foi inferior a 2%, quando a verificada anteriormente a adoção da medida girava em torno de 65%, circunstância que demonstra a plena eficácia destas ações como medida de prevenção e combate à violência doméstica e familiar.

Depreende-se, portanto, que por intermédio dos encontros, que buscam por meio de conversas e apresentação da gravidade das condutas praticadas aos homens, ressocializá-lo de forma efetiva e para que em novos ou mesmo no antigo relacionamento não torne a agredir.

Ademais, percebe-se, também, que a mera penalização, nem mesmo a mais severa delas, que é o encarceramento, não obsta o agressor de voltar a agredir a mesma vítima ou fazer novas vítimas em novos relacionamentos. Assim, mesmo com tais punições, o que se observa é que os índices de reincidência seguem altos, pois muitas vezes após cumprir a pena, o homem torna a repetir as condutas delitivas, seja com a mesma vítima, seja com outras mulheres em novos relacionamentos.

Essa medida de proteção já vinha sendo promovida em algumas cidades do

país como medida protetiva genérica e também, como condição para a suspensão condicional da pena.

Atualmente, a reeducação de agressores tornou-se medida protetiva de urgência, em razão da alteração do artigo 22 da Lei Maria da Penha, que elenca as medidas que obrigam o agressor.

Além do Brasil, outros países também acreditam na eficácia da reeducação de agressores como forma de combate a violência doméstica e familiar, uma vez que além de legislarem sobre o tema, promovem os encontros reflexivos.

Embora se tenha ideia das dificuldades que se pode ter para promoção desses grupos, seja por falta de recursos, por resistência dos homens agressores em participar ou pela falta de profissionais capacitados, é extramamente importante dar continuidade as tentativas, visto que os grupos analisados lograram bons resultados.

Dessa forma, é possível concluir que a violência doméstica e familiar contra a mulher está ligada intimamente a cultura machista, que faz com que o homem acredite que a mulher é sua posse. E é por isso que, para buscar um efetivo combate a violência contra a mulher, é necessário desconstruir esses conceitos errôneos por intermédio da participação dos agressores aos grupos reflexivos voltados a ressocialização.

REFERÊNCIAS

BIANCHINI, Alice. **O afastamento da lei 9.099/95 às causas que envolvem Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher (art. 41 da Lei Maria da Penha) alcança as contravenções penais?** Leituras de Direito: Violência Doméstica e Familiar Contra A Mulher: Fórum Nacional de Juízes de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, Natal, p. 12-29, 30 out. 2017. Disponível em: <https://www.amb.com.br/fonavid/files/livro-fonavid.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2020.

BIANCHINI, Alice. **Lei Maria da Penha: Lei n. 11.340/2006: Aspectos assistenciais, protetivos e criminais da violência de gênero.** – 4. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2018. (Coleção saberes monográficos). Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553600236/cfi/4!/4/4@0.00:0.00>>. Acesso em 19 de maio 2020.

BIACHINI, Alice. **Homens agressores: grupos de reflexão, prevenção terciária e violência doméstica.** Jusbrasil, 2013. Disponível em: <<https://professoraalice.jusbrasil.com.br/artigos/121814321/homens-agressores-grupos-de-reflexao-prevencao-terciaria-e-violencia-domestica>>. Acesso em 15 de jun. 2020.

BRASIL, **Lei 13.984**, de 03 de abril de 2020. Alteração do artigo 22 da Lei 11.340/06. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L13984.htm#art2>. Acesso em 10 de jun 2020.

BRASIL, **Lei 11.340**, de 07 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em 30 de out. de 2019.

BRASIL, **Decreto Lei nº 2.848**, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm>. Acesso em 18 de jun. De 2020.

BRASIL, **Lei nº 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. Código Civil. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm>. Acesso em 18 de jun. de 2020.

BRASIL, **Lei nº 12.433**, de 29 de junho de 2011. Lei de Execuções Penais. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12433.htm>. Acesso em 18 de jun. de 2020.

BRASIL, **Lei nº 9.099**, de 26 de setembro de 1995. Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9099.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%209.099%2C%20DE%2026%20DE%20SETEMBRO%20DE%201995.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20os%20Juizados%20Especiais%20C%C3%ADveis%20e%20Criminais%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs.&text=Art.>. Acesso em 18 de jun. De 2020.

BRASIL, **Decreto Lei nº 3.689**, de 3 de outubro de 1941. Código de Processo Penal. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm>. Acesso em 30 de out. De 2019.

BRASIL, Superior Tribunal de Justiça. **Acórdão nº 42918/RS 2017**. Brasília. Relator: Ministro Jorge Mussi. Pesquisa de Jurisprudência. Disponível em: <<https://scon.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?livre=%28%28%22JORGE+MUSI%22%29.MIN.%29+E+%28%22QUINTA+TURMA%22%29.ORG.&processo=42918&b=ACOR&thesaurus=JURIDICO&p=true>>. Acesso em 13 de maio 2020.

BRASIL, Superior Tribunal de Justiça. **Acórdão nº 41882/MG 2013**. Brasília. Relator: Ministro Sebastião Reis Júnior. Pesquisa de Jurisprudência. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201303564909&dt_publicacao=16/12/2013>. Acesso em 13 de maio 2020.

BRASIL, Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Ordinário em Habeas Corpus nº 100446/MG 2018**. Brasília. Relator: Ministro Marco Aurélio Bellizze. Pesquisa de Jurisprudência. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201303564909&dt_publicacao=16/12/2013>. Acesso em 13 de maio 2020.

BRASIL, Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Ordinário em Habeas Corpus nº 420926/RJ 2014**. Brasília. Relator: Ministro Jorge Mussi. Pesquisa de Jurisprudência. Disponível em <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/25027476/recurso-ordinario-em-habeas-corporus-rhc-42092-rj-2013-0361990-0-stj/relatorio-e-voto-25027478?ref=juris-tabs>> Acesso em 13 de maio 2020.

BRASIL, Superior Tribunal de Justiça. Brasília. **Súmula 536 STJ**. Disponível em: <[https://scon.stj.jus.br/SCON/sumanot/toc.jsp?livre=\(sumula%20adj1%20%27536%27\).sub.#TIT1TEMA0](https://scon.stj.jus.br/SCON/sumanot/toc.jsp?livre=(sumula%20adj1%20%27536%27).sub.#TIT1TEMA0)>. Acesso em 18 de jun. 2020.

BRASIL, Superior Tribunal de Justiça. Brasília. **Súmula 588 STJ**. Disponível em: <<https://scon.stj.jus.br/SCON/sumanot/toc.jsp#TIT1TEMA0>>. Acesso em 18 de jun. 2020.

BRASIL, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. **Acórdão nº 994469/ 2017**. Pesquisa de Documentos Jurídicos. Distrito Federal. Relator: Waldir Leôncio Lopes Júnior. Pesquisa de Jurisprudência. Disponível em: <

2020.

BRASIL, Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. **Apelação nº 70072323884**. Pesquisa de Documentos Jurídicos. Rio Grande do Sul. Relator: Luiz Mello Guimarães. Pesquisa de Jurisprudência. Disponível em <<https://www.tjrs.jus.br/site/busca-solr/index.html?aba=jurisprudencia>>. Acesso em 20 de jun. 2020.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. **Apelação Criminal nº 03440700720128190001**. Relator: Desembargador José Roberto Lagranha Távora. DJ: 10 de março de 2015. Jus Brasil. 2015. Disponível em: <https://tj-rj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/174543691/apelacao-apl3440700720128190001-rj-0344070-0720128190001?ref=juris-tabs> Acesso em: 17 de jun de 2020.

BRASIL, **HC 01708029220168110000 170802/2016**, Relator: Des. Rondon Bassil Dower Filho, Data de Julgamento: 01/02/2017, Segunda Câmara Criminal, Data de Publicação: 10/02/2017. Disponível em: < <https://tj-mt.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/429775887/habeas-corpus-hc-1708029220168110000-170802-2016/inteiro-teor-429775903>>. Acesso em 13 de jun. 2020.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 02 de out. De 2019.

CARVALHO, Carina Suelen de; FERREIRA, Débora Nayara; SANTOS, Moara Karla Rodrigues dos. **Analisando a Lei Maria da Penha: a violência sexual contra a mulher cometida por seu companheiro**. I Simpósio Gênero e Políticas Públicas, Londrina, v. 1, p. 47-53, jun. 2010. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/6.MoaraCia.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2020.

CHAGAS, Gustavo Monteiro. **Projeto HORA: reincidência de agressores em Caxias do Sul é inferior a 1%**. Poder Judiciário - Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 22 ago. 2016. Disponível em: <https://tjrs.jus.br/site/imprensa/noticias/?print=true&idNoticia=337056>. Acesso em: 16 jun. 2020.

COPEVID, **Enunciados da Comissão Nacional de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a mulher. Enunciados 001 e 002**. 2018. Disponível em: < <http://www.compromissoeatitude.org.br/enunciados-da-copevid-comissao-nacional-de-enfrentamento-a-violencia-domestica-e-familiar-contra-a-mulher/>>. Acesso em 18 de jun. 2020

CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. **Violência Doméstica: Lei Maria da Penha comentada artigo por artigo**. - 4 ed. rev. atual e ampl. - São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012.

CUNHA, K.C.R.; SALES, J.D.; BUSSINGUER, T.E.D. et. al.; **Índice de reincidência na Lei Maria da Penha após intervenção psicológica no Fórum da Gama- DF**.

Publicado em: Janeiro de 2018. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/63543/indice-de-reincidencia-na-lei-maria-dapenha-apos-intervencao-psicologica-no-forum-do-gama-df/2>> Acesso em 19 de jun. de 2020.

DA SILVA E SILVA, Artenira; SOUSA DA SILVA BARBOSA, Gabriella. **A determinação de reeducação de agressores domésticos como medida necessária frente à violência psicológica nas varas de família, da infância e da violência doméstica.** Revista direito e justiça: reflexões sociojurídicas, [S.l.], v. 18, n. 32, p. 59-80, out. 2018. ISSN 21782466. Disponível em: <http://srvapp2s.urisan.tche.br/seer/index.php/direito_e_justica/article/view/2337/1475>. Acesso em: 05 Nov. 2019.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Defensoria Pública obtém liminar que aplica medida protetiva da Lei Maria da Penha em caso de stalking.** Disponível em: <<https://www.defensoria.sp.def.br/dpesp/Conteudos/Noticias/NoticiaConsulta.aspx?iDItem=88279&idPagina=1>>. Acesso em 04 de jun. 2020.

DIAS, Maria Berenice. **A Lei Maria da Penha na justiça: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher.** Editora Revista dos Tribunais, 2008.

DIAS, Maria Berenice. **A lei Maria da Penha na Justiça.** São Paulo: Editora revista dos Tribunais LTDA, 2007.

ELIAS, Miriam Freitas; GAUER, Gabriel José Chittó. **Violência de gênero e o impacto na família: Educando para uma mudança na cultura patriarcal.** Sistema Penal & Violência, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 117-128, 08 jun. 2014. Semestral. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/sistemapenaleviolencia/article/view/16637/11629>. Acesso em: 06 de maio 2020.

FERNANDES, Valéria Diez Scarance. **Lei Maria da Penha: o processo penal no caminho da efetividade: abordagem jurídica e multidisciplinar (inclui Lei de Femicídio)** – São Paulo: Atlas, 2015. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597000429/cfi/0!/4/2@100:0.00>>. Acesso em 01 de nov. 2019.

FONAVID. **Fórum Nacional de Juizes de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, 2018.** Disponível em < <https://www.amb.com.br/fonavid/enunciados.php>>. Acesso em 11. de maio 2020.

IMP – INSTITUTO MARIA DA PENHA, **Tipos de Violência 2018.** Disponível em: <http://www.institutomariadapenha.org.br/lei-11340/tipos-de-violencia.html>. Acesso em: 11 de maio 2020.

JUNIOR, Ari. **Homens participam de projeto piloto sobre violência doméstica em Lages.** Prefeitura de Lages, Lages. Publicado em 11 dez. 2019. Disponível em: <https://www.lages.sc.gov.br/noticia-descricao/873/homens-participam-de-projeto-piloto-sobre-violencia-domestica-em-lages>. Acesso em: 16 jun. 2020.

LIMA, Renato Brasileiro de. **Legislação Criminal Especial Comentada**. 3. ed. Salvador: Editora Juspodivm, 2015.

MOTTA, Neiva. **Projeto Metendo a colher coíbe novas agressões a mulher**. Publicado em: 13 de novembro de 2014. In. GOVRS. Disponível em: <<https://estado.rs.gov.br/projeto-metendo-acolher-coibe-novas-agressoes-a-mulher>> Acesso em: 16 de jun de 2020.

MPRN. **Projeto: Grupo reflexivo de homens: Por uma atitude de paz**. Natal. 2011. Disponível em: <<http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/porumaatitudedepaz.pdf>> Acesso em: 19 de jun de 2020.

MUCELIN, Monise; WEBBER, Suelen da Silva. **A transformação dos acusados de Violência Doméstica contra mulheres por meio da reeducação: o projeto hora de Caxias do Sul**. II Congresso de Direitos Humanos da FSG, Caxias do Sul. Publicado em 20 jun. 2018. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:iSlhy5tTeRwJ:ojs.fsg.br/index.php/congressodedireitoshumanos/article/view/3075/2470+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 15 jun. 2020.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo/Coleção Brasil Urgente, 2004.

SÃO PAULO, **Lei 16.659**, de 12 de janeiro de 2018. Autoriza o Governo do Estado a instituir o Programa Tempo de Despertar. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2018/lei-16659-12.01.2018.html>>. Acesso em 20 de jun. de 2020.

SOUZA, Sérgio Ricardo. **Comentários à lei de combate à violência contra a mulher**. Curitiba: Juruá, 2007.

SOUZA, Lídio de; CORTEZ, Mirian Beccheri. **A delegacia da mulher perante as normas e leis para o enfrentamento da violência contra a mulher: um estudo de caso**. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 48, n. 3, p. 01-1, maio 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122014000300005. Acesso em: 07 de maio 2020.

VASSALLO, Luiz. **“Tempo de Despertar” vira Lei**. Jornal Estadão. Publicado em 27 de fev. 2018. Disponível em <<https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/tempo-de-despertar-vira-lei/>>. Acesso em 20 de jun. 2020.